CENTRO UNIVERSITÁRIO CARIOCA - UNICARIOCA
MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO (MPNTDE)

Luciana dos Santos

DISCUTINDO EDUCAÇÃO ESPECIAL FORA DOS TRILHOS: COMPARTILHANDO SABERES E METODOLOGIAS PRÁTICAS UTILIZANDO RECURSOS TECNOLÓGICOS VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE JAPERI

- Rio de Janeiro , 2021 -

LUCIANA DOS SANTOS

Discutindo Educação Especial Fora Dos Trilhos: Compartilhando Saberes e Metodologias Práticas Utilizando Recursos Tecnológicos Voltados ao Atendimento dos Alunos da Educação Especial do Município de Japeri

Dissertação apresentada à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UNICARIOCA como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

Orientadores:
Professor Dr. Alessandro Jatobá
Professor Marcos Antônio Silva

Rio de Janeiro
2021

LUCIANA DOS SANTOS

DISCUTINDO EDUCAÇÃO ESPECIAL FORA DOS TRILHOS: COMPARTILHANDO SABERES E METODOLOGIAS PRÁTICAS UTILIZANDO RECURSOS TECNOLÓGICOS VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE JAPERI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

O Presidente da Banca, abaixo assinado, atesta que os membros da banca participaram de forma remota desta defesa de dissertação.

Examinado por:

Prof. Me. Sc. Marcos Antonio Silva (UniCarioca)
Presidente da Comissão Examinadora

Prof. Me. Sc. - André Cotelli do Espírito Santo (UniCarioca)

Profa. Dra. Sc. – Ediclea Mascarenhas Fernandes (UERJ)

Profa. Me. Sheila da Silva Ferreira Arantes (Instituto de Educação Colônia do Saber)

Rio de Janeiro

2021

S231d Santos, Luciana dos

Discutindo educação especial fora dos trilhos: compartilhando saberes e metodologias práticas utilizando recursos tecnológicos voltados ao atendimento dos alunos da educação especial do município de Japeri / Luciana dos Santos. – Rio de Janeiro, 2021.

110 f.

Oorientadores Alessandro Jatobá e Marcos Antônio Silva

Dissertação (Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação) - Centro Universitário UniCarioca, Rio de Janeiro, 2021.

1. Currículo. 2.Tecnologia colaborativa. 3. Metodologia. I. Jatobá, Alessandro, prof. orient. II. Silva, Marcos Antônio, prof. orient. III. Título.

CDD 371.9

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a minha mãe, que apesar da vida não ter dado a ela a oportunidade de estudar, sempre me mostrou o valor e a importância de uma formação acadêmica... Por ter mantido a fé e a esperança no meu potencial, mesmo quando nem eu acreditava que conseguiria chegar até aqui. Obrigada mãe...

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que concedeu saúde, fé e determinação para que eu pudesse cumprir esta jornada com muito esforço e dedicação. Que essa pesquisa possa agregar valor e contribuir de forma positiva na seara educacional inclusiva.

Que as propostas destacadas neste trabalho sejam de fato implementadas, e que auxiliem nas práticas cotidianas dos meus colegas professores, resultando em atuações mais envolventes que resultem em ambientes verdadeiramente inclusivos.

A minha família, minha mãe, irmãs e filha meu infinito agradecimento, por terem me dado apoio e compreendido minhas ansiedades e ausências. Por muitas vezes através do encorajamento que vocês me proporcionaram que eu cheguei até aqui.

A Secretaria Municipal de Educação de Japeri, que me acolheu e incentivou na concretização dessa pesquisa. Como também agradeço a todos os colegas da turma do mestrado, pela parceria, apoio e pelos vários momentos de descontração e gargalhadas.

Aos meus orientadores Professores Alessandro Jatobá e Marcos Antonio Silva, por toda a paciência, dedicação, telefonemas, troca de mensagens, contendo orientações valiosíssimas que me ajudaram a continuar no rumo certo.

A Universidade Unicarioca, meu agradecimento especial: aos coordenadores: Antonio Carlos Mol e Ana Paula Legey de Siqueira, aos professores e demais doutores que fazem parte deste ilustríssimo corpo docente, proporcionando grandes oportunidades de aprendizagem.

Agradeço a todos os servidores das unidades escolares da rede municipal de Japeri que colaboraram nesta pesquisa e contribuíram para obtenção dos resultados nesta dissertação. Enfim, agradeço a todos que diretamente e indiretamente trilharam comigo este gratificante caminho na busca do conhecimento.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma proposta de implantação de um recurso tecnológico colaborativo que se dará através do compartilhamento de metodologias, saberes docentes e práticas educacionais voltadas ao atendimento acadêmico de alunos pertencentes ao segmento da Educação Especial do Município de Japeri, experiências estas, que são voltadas especificamente às práticas educacionais que visam a fomentação de metodologias que possam resultar em saldos positivos de adaptações pedagógicas que implementem soluções objetivas que estarão minimizando os entraves que estão sendo observados na atual situação educacional. O objetivo é contribuir de forma favorável e proveitosa os conhecimentos adquiridos dos docentes em suas práxis cotidiana, e compartilhar com meus pares tais ações, afim de estender o repertório de intervenções que possam ser absorvidas às atuações individuais dos profissionais envolvidos na seara acadêmica. Para tanto, foram compilados nesta dissertação, breves relatos de vivências educacionais pioneiras e atuações de resultância que foram vivenciados pelos professores atuantes no atendimento do segmento da Educação Especial na Prefeitura Municipal de Japeri. Após a análise destes indicadores, percebi o quanto a tecnologia pode, e deve contribuir de forma benéfica na esfera educacional, se fazendo presente como uma ferramenta importante na construção de uma nova perspectiva didática-pedagógica que está surgindo no contexto educacional ao qual estamos inseridos, pois o desenvolvimento, os avanços e a evolução das metodologias educacionais são movimentos constantes e permanentes, onde a superação de obstáculos e melhorias voltadas à prática educacional não poderá estagnar-se. Constatou-se que a ferramenta tecnológica é um elo importante na interação entre as pessoas, e veio para ficar em nosso cotidiano, representa, sem sombra de dúvidas, um instrumento de grande importância para esta nova perspectiva de ensinar e aprender.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo. Tecnologia Colaborativa. Metodologia.

ABSTRACT

The present work presents a proposal for the implementation of a collaborative technological resource that will occur through the sharing of methodologies, teaching knowledge and educational practices aimed at the academic attendance of students belonging to the Special Education segment of the Municipality of Japeri, experiences that are focused specifically to educational practices aimed at fostering methodologies that can result in positive balances of pedagogical adaptations that implement objective solutions that will be minimizing the barriers that are being observed in the current educational situation. The objective is to contribute in a favorable and profitable way to the knowledge acquired from the teachers in their daily practice, and to share such actions with my peers, in order to extend the repertoire of interventions that can be absorbed to the individual performances of the professionals involved in the academic field. For this purpose, brief reports of pioneering educational experiences and resultant actions were compiled in this dissertation that were experienced by teachers working in the Special Education segment at the City Hall of Japeri. After analyzing these indicators, I realized how much technology can, and should, contribute in a beneficial way in the educational sphere, making itself present as an important tool in the construction of a new didactic-pedagogical perspective that is emerging in the educational context to which we are inserted, because the development, advances and evolution of educational methodologies are constant and permanent movements, where the overcoming of obstacles and improvements aimed at educational practice cannot be stagnant. It was found that the technological tool is an important link in the interaction between people, and has come to stay in our daily lives, it represents, without a doubt, an instrument of great importance for this new perspective of teaching and learning.

KEYWORDS: Curriculum. Collaborative Technology. Methodology.

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 01: Igualdade, Liberdade, Realidade e Equidade.....45

Figura 02: Região Metropolitana Grande Iguaçu.....67

Gráfico 01: Acessibilidade Digital.....75

Gráfico 02: Tempo de Atuação Profissional.....76

Gráfico 03: Segmento Profissional.....77

Gráfico 04: Formação Docente.....79

Gráfico 05: Acesso à Acervos de Práticas Pedagógicas.....81

Gráfico 06: Ferramentas Tecnológicas.....83

Gráfico 07: Dificuldade dos Docentes no Atendimento Inclusivo.....85

Gráfico 08: Relevância de uma Plataforma Digital e Colaborativa.....87

Figura 03: Layout da Plataforma Digital Proposta.....89

Figura 04: Descrição do Perfil da Plataforma Digital.....89

Figura 05: Colaboração Docente/ Percepção Visual – Aluno com TEA.....90

Figura 06: Colaboração Docente/ Organelas Celulares – Deficiência Visual.....90

Figura 07: Colaboração Docente/ Sequência Numérica – Deficiência Visual.....91

Figura 08: Colaboração Docente/ Vogais em Braille.....91

Figura 09: Colaboração Docente/ Memória Tátil e Sensorial.....92

Figura 10: Colaboração Docente/ Artérias, Veias e Capilares – Deficiência Visual.....92

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CEB – Câmara da Educação Básica

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

CNE – Conselho Nacional de Educação

DEMET – Declaração Mundial de Educação para todos.

DNEEEB – Diretrizes nacionais para Educação Especial na Educação Básica

DPNS – Diretrizes da Política Nacional de Saúde.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

MEC – Ministério da Educação

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

SEESP – Secretaria de Educação Especial

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SMJ – Secretaria Municipal de Japeri

SUMÁRIO

01. INTRODUÇÃO 12
1.1 Inquietação 17

02. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL 23
2.1 Historia da Educação Especial no Mundo 24
2.2 História da Educação Especial no Brasil 28
2.2.1 A Realidade da Educação Especial no Brasil 32
2.2.2 Diferença entre Educação Especial e Educação Inclusiva 35
2.2.3 A Legislação da Educação Especial no Brasil 38

03. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA 40

04. OBJETIVOS: GERAL E ESPECÍFICO 46

05. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
5.1 Dificuldades dos Docentes no Município de Japeri 47
5.2 Metodologias Educacionais Desenvolvidas na Atualidade 51
5.3 Tecnologia na Educação 54
5.3.1 Rede Colaborativa: Uma Proposta Educacional Facilitador 56

06. METODOLOGIA 61
6.1 Desenvolvimento da Pesquisa 63
6.2 Questionário 65
6.3 Lócus da Pesquisa 67
6.4 Método 71
6.5 Riscos 72
6.6 Benefícios 73

07. RESULTADOS ESPERADOS 74

08. ANÁLISE DOS RESULTADOS
8.1 Perfil do Participante 75
8.2 Formação Docente 79
8.3 Docente em Meio as Tecnologias Digitais 83
8.4 Entraves na Atuação Docente 85
8.5 Tecnologia na Rede e em Rede 87

09. RESULTADOS ALCANÇADOS 88
9.1 Plataforma Digital Colaborativa Via Facebook 89
9.2 Publicações/ Colaborações dos Docentes 90

10. CONCLUSÃO 94

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 96

12. APÊNDICES 101

13. ANEXOS 103

1. INTRODUÇÃO

Quando pensamos em Inclusão Educacional, obrigatoriamente devemos nos remeter à palavra democracia, uma vez que tal conceito retrata a participação de todos no contexto social de forma justa, respeitando a legislação e os direitos civis de todo o cidadão brasileiro.

Incluir, segundo sua classificação semântica, significa a integração de um ou mais elementos num todo, e na esfera educacional, é criar metodologias e ações de atividades em sala de aula, que sejam realmente eficazes, e que possam atender de forma significativa, indivíduos que por apresentarem necessidades especiais, muitas das vezes são tolhidos de agir e reagir em sociedade explorando todo o seu potencial físico, sensorial, emocional, cognitivo e psicológico.

> "Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiências têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social." (**STAINBACK; STAINBACK**, 1999, p. 21).

Ao nos referirmos aos direitos primordiais do ser humano, podemos destacar, entre os pontos aos quais tais direitos são garantidos, o item "Direito a Educação", e por ser este o tópico principal desta dissertação, torna-se fundamental registrar que em 09 de Outubro de 2000 foi apresentado pela primeira vez no Brasil o texto da Lei Brasileira de Inclusão, com o nome de "Estatuto da Pessoa com Deficiência" (PL3638/2000).

Por iniciativa do então deputado federal Paulo Paim a Lei Brasileira de Inclusão foi implantada, e mesmo após todo este tempo de tramitação, muito tem se debatido sobre as estratégias que possam ser criadas, melhoradas ou mudadas, para que todos estes direitos possam ser realmente usufruídos na sua totalidade pelo aluno com deficiência.

Partindo de tantos direitos pleiteados, e ao nos referirmos a área educacional especificamente, é fundante que tais caminhos resultem em metodologias que ofereçam uma formação eficiente dos profissionais da educação para que fomentem um atendimento real e eficaz na vida de quem irá receber tal atendimento e assistência.

No Brasil, desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal e a consolidação do Estado Democrático de Direito, reconheceu-se a necessidade de garantir a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

Porém, apesar dos avanços já conquistados de decorrer de todos esses anos, ainda é visível a carência de atendimentos educacionais significativos dentro do serviço público em geral, e no segmento educacional, vemos um panorama de poucos avanços no que tange a criação de metodologias ativas tanto na formação docente, quanto no atendimento operativo dos alunos portadores de necessidades especiais dentro do contexto escolar.

Espaços educacionais que tenham, como objetivo principal, a criação de ambientes de desenvolvimento cognitivo, que sejam desafiadores, significativos e que busquem a superação ou melhora do desempenho discente, dentro do seu perfil individual , respeitando seus limites e particularidades; que esta atmosfera educacional, possa proporcionar genuinamente uma inclusão social, dentro e fora dos muros da escola.

É urgente a necessidade de se investir em formações docentes cada vez mais especializadas, pois os agentes educacionais que atuam diretamente com essa parcela do corpo discente no cotidiano escolar, precisam de subsídios formativos constantemente, pois é notório um aumento significativo de alunos portadores de necessidades especiais ingressando na vida escolar a cada ano.

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2017,divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), o índice de inclusão de pessoas com deficiência em classes regulares, o que é recomendado, passou de 85,5% em 2013 para 90,9% em 2017.

A maior parte destes alunos com deficiência no entanto, não têm acesso ao atendimento educacional especializado. Somente 40,1% conseguem utilizar algum serviço. Em 2018 o número de matrículas deste grupo na educação básica foi de 827.243, já no ano anterior de eram de 751.065 alunos, o índice apresenta crescimento a quatro anos consecutivos.

Mas apesar disso, a estrutura das escolas e a formação docente ainda é insuficiente para atender a essa população. No ensino fundamental, o percentual de matrículas de alunos com deficiência em relação ao total é de 2,8%, índice maior que o ensino médio, mas o ritmo desse crescimento foi menor.

Enquanto em 2016 o número de matrículas era 709.805 no ano de 2017, esse número era 768.360. A capacidade de atendimento a esse grupo é ainda menor no fundamental, onde somente 29,8% das escolas têm dependências adequadas para esse público e 39,9% um banheiro específico para atendê-los, por exemplo.

As matrículas de pessoas com deficiência também aumentaram na educação infantil. Em 2016, eram 69.784 e no ano seguinte passaram para 79.749. Observando este panorama, tem sido um verdadeiro desafio obter uma infraestrutura básica para atender alunos com necessidades especiais, uma vez que é comprovadamente notório que na atualidade, as escolas brasileiras não têm nem o básico. A partir daí temos alguns questionamentos:

Como ter um bom resultado educacional voltado especificamente para alunos com necessidades especiais se mais da metade das escolas da rede pública não dispõem de metodologias e infraestruturas que estejam de acordo com esta nova realidade?

Quais são as principais dificuldades encontradas pelos docentes que atuam com alunos com deficiência no Município de Japeri? O que poderia impactar na melhoria do trabalho pedagógico voltado ao atendimento destes alunos?

> “A inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.” (**ROSSETO,**2005, p. 42).

No Município de Japeri observam-se grandes problemas voltados ao atendimento educacional em vários aspectos, e ao se falar no segmento da Educação Especial, o panorama é o mesmo. Se observam grandes entraves que se apresentam desde estruturas adaptadas das unidades escolares, até a formação docente.

Com isso, os professores têm buscado por iniciativa própria e de forma criativa, oferecer o mínimo de condições que colaborem para que a inclusão destes alunos seja, de fato, uma realidade dentro das salas de aula.

Partindo desta perspectiva, o que temos, justifica importância de uma preparação adequada do corpo docente para receber essa nova demanda, através de uma formação continuada e na criação, utilização, e manuseio efetivo de mecanismos tecnológicos que possam estar auxiliando a prática docente.

Mecanismos que possam estar atrelados a materiais pedagógicos direcionados para estes indivíduos, materiais que auxiliem no "fazer pedagógico", rumo ao alcance e sucesso dos objetivos e metas estipuladas, uma vez que é assegurado esse direito nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB Nº2/2001, no artigo 2º que determina:

> "Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos." (**MEC/SEESP**,2001).

EDUCAÇÃO ESPECIAL

De acordo com o artigo 205 e 206 da Constituição Brasileira de 1988, é um direito de todo cidadão, dever do Estado e da família, seu fomento e estímulo dado pela sociedade visando o amplo progresso do sujeito, para que os mesmos exerçam o seu papel como cidadão de forma satisfatória tornando-se profissionais qualificados. Esse ensino deverá ser oferecido de forma que promova a igualdade de possibilidades para o ingresso e a continuidade discente no ambiente escolar.

A Educação Especial é uma modalidade que atravessa todos os níveis, fases e moldes de ensino. Tendo como objetivo incentivar o contato, a atuação participativa e o conhecimento dos educandos com deficiência, independentemente do tipo de especificidade. Aos alunos matriculados nas redes de educacionais têm por direito, um sistema de ensino, que oportunize e possa promover um atendimento de qualidade.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial voltada a Educação Inclusiva entendem-se como público alvo da Educação Especial alunos com deficiência, transtornos gerais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Conceituam-se alunos com deficiência àqueles que têm dificuldades, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que no convívio com diversos obstáculos que podem limitar sua participação integral na vida acadêmica e na sociedade. Os discentes com transtornos globais de desenvolvimento são aqueles que apresentam mudanças das suas relações sociais e na sua comunicação.

Incluem-se nessa parcela discente, alunos com autismo, Síndromes do Espectro Autista e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação apresentam grande potencial em várias áreas cognitivas, que podem ser únicas ou articuladas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Estes indivíduos demonstram muita criatividade, grande comprometimento na execução de tarefas que desperte o seu interesse.

O ingresso de alunos com deficiência, é uma realidade nas escolas de ensino regular do Município de Japeri. É dever das políticas públicas voltadas a área educacional implementar programas, levando em conta a variedade dos sujeitos e promover ações pedagógicas voltadas para esses contrastes.

> "Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no ensino fundamental. Entre outras inovações, a inclusão implica também em uma outra fusão, a do ensino regular com o especial e em opções alternativas/aumentativas da qualidade de ensino para os aprendizes em geral". (**BELISÁRIO**, 2005, p. 130).

1.1 Inquietação (Interesse de Pesquisa)

Sou professora do ensino fundamental, e trabalho há mais de 10 anos transitando em turmas que atendem alunos do primeiro e segundo segmento, nas áreas da baixada fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

Com o passar dos anos, pude observar cotidianamente no meu meio profissional, o aumento da demanda de alunos com necessidades especiais ingressarem nas escolas de ensino regular; pude analisar que os pais ou responsáveis destes alunos em específico, estavam mais informados dos direitos aos quais seus filhos têm em relação ao acesso e permanência nas escolas.

Porém é observado que muitas das vezes “a vergonha” de ingressá-los no convívio social com outras crianças ou adolescentes, retardavam a entrada dos mesmos na escola e ao convívio com outros grupos, mantendo-os apenas envolvidos e imersos socialmente no contato meramente familiar.

Uma pequena parcela que também é importante ressaltar, mas existe, são de responsáveis que apresentam algum recurso financeiro mais privilegiado, e que buscavam no ensino privado, o atendimento que acreditam ser de maior qualidade no suporte às especificidades de seus filhos ao comparar os mesmos serviços que seriam oferecidos nas instituições educacionais públicas.

Porém, com a crise financeira vivida atualmente, não restou-lhes outra saída do que matriculá-los em escolas públicas de ensino regular.

Com isto, venho constantemente me questionando como eu e meus colegas de profissão, podemos atender este público de forma adequada, praticando a inclusão de forma genuinamente verdadeira, uma vez que o perfil de formação de todos estes profissionais (aos quais eu me incluo), não teve uma formação legítima voltada para uma assistência a alunos com necessidades especiais.

> ..."A pedagogia inclusiva não pode ser algo adicional atrelado à pedagogia existente; o lugar de partida deve ser uma "boa pedagogia" que pode, oportunamente tornar-se boa pedagogia para todos". (**MITTLER**, 2010 p.17)

Vale ressaltar, que nem na atualidade, tenho observado uma formação realmente autêntica oferecida aos professores em formação, apesar das disposições constitucionais já demandadas pela Constituição Federal e implementadas pelos direitos fundamentais do ser humano onde é impetrado, dentre tantos direitos, o de uma educação de qualidade para todos, e a palavra "todos" engloba também essa parcela da população que tem chegado às nossas escolas em um número crescente de matrículas ano após ano.

Mas o que se vê na prática, é a pouca, ou a total falta de metodologias que auxiliem o corpo docente de forma que esta resolução seja realmente cumprida. É visível a morosidade as ações políticas públicas que visem o preparo dos profissionais de educação, que resultem em uma formação de qualidade e em um atendimento realmente significativo para estes alunos específicos.

Observa-se timidamente, cursos teóricos sobre o tema, que são importantes, porém com pouca atuação prática no cotidiano escolar, ambiente este, onde a práxis será determinante, e funcionará como indicador na confirmação se tais questões teóricas defendidas obterão sucesso, se realmente oferecem suporte aos questionamentos criados no cotidiano escolar, e por fim, se objetivos iniciais abordados por tais teorias serão realmente alcançados.

A dissertação, visa pesquisar caminhos tecnológicos que possam ser trilhados rumo à melhoria na formação docente, através da disseminação de conhecimentos adquiridos e de experiências de sucesso que foram aplicadas em sala de aula. Experiências estas, que possam ser compartilhadas através de tecnologias voltadas à educação, e que resultem na melhoria da qualidade do ensino de alunos portadores de necessidades especiais.

Partindo deste pré-suposto, acredito na importância urgente de se criar subsídios que fomentem a formação docente, atrelado a metodologias, acessibilidade e materiais pedagógicos especializados para que estejamos realmente cumprindo, na sua íntegra, as

disposições descritas nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB Nº2/2001, no artigo 2º.

Acredito que, para se chegar a oferecer uma educação de qualidade, e que realmente atenda de forma eficaz os alunos com necessidades especiais, é de suma importância se discutir todo o processo de formação escolar e as implicações dos saberes docentes nas suas práticas cotidianas.

Pois nesta seara acadêmica de formação docente voltada a essa área dentro do ensino regular, nos mostra que o aluno com algum tipo de deficiência necessita, e tem direito, de ser atendido por profissionais que estejam bem preparados para dar lhes todo o suporte acadêmico e pedagógico de forma eficiente.

Por atuarmos em escolas da baixada fluminense, a maioria de nós, professores, utiliza os trens para se locomoverem de suas residências aos locais de trabalho, ou de uma escola para outra, e com essa rotina, é de se esperar o contato dos mesmos nos vagões diariamente, e por meio de conversas e trocas de experiências de maneira informal, pude perceber o quanto importante se tornou para mim esse momento.

O contato diário dom meus colegas tem me enriquecido profissionalmente nestes espaços de tempo sobre os trilhos de ferro. Mesmo com tom de "descontração" estas conversas dentro dos vagões puderam enriquecer, mesmo que timidamente, o meu repertório de opções de atuação em relação aos meus alunos com necessidades especiais, e tem ajudado a melhorar minha práxis e condutas, resultando em um atendimento mais produtivo.

Ações estas, que a maioria das vezes não estão nos livros! Mas que diretamente alcançam com sucesso o meu principal objetivo: promover a inclusão de alguma maneira dos meus discentes dentro do ambiente escolar e me auxiliam na construção de uma educação significativa atrelada ao desenvolvimento educacional do meu aluno, tornando meu trabalho com características verdadeiramente inclusivas.

Com o tempo, pensei em uma forma de expandir tanta riqueza de experiências para "fora dos trilhos do trem", através de uma ferramenta digital que pudesse unir a

formação docente pré-existente com metodologias ativas por meio de tecnologias digitais de forma acessível, correlacionando o lúdico, o cognitivo, às experiências de sucesso individuais dos profissionais que tiveram êxito e surtiram efeito positivo na inclusão de seus alunos dentro da sala de aula.

Imagino uma ferramenta digital, que auxilie a troca de experiências e metodologias inovadoras que possam ser compartilhadas, e por fim, tornando os docentes envolvidos em agentes multiplicadores de ações pedagógicas no campo da educação inclusiva.

Certamente, uma ferramenta tecnológica teria a possibilidade de estar sendo alimentada constantemente com novas ideias e metodologias alternativas que possibilitem a inclusão educacional destes jovens, o que dá a esta plataforma, atualização constante, sustentabilidade e acesso fácil a consulta.

Já que por falta de políticas públicas voltadas a dar suporte aos profissionais, os mesmos acabam criando novas possibilidades dentro da sua própria realidade escolar, que possam estar atingindo de alguma forma o objetivo maior, que é a inclusão real desta parcela discente.

A falta de uma educação de qualidade nas unidades escolares, faz com que a deficiência deixe de ser um atributo da pessoa e passa a ser o resultado da falta de acessibilidade que a sociedade e o Estado dão às características de cada um, ou seja, a deficiência está no meio que não tem garantido adequadamente um serviço eficaz relevante, e não nas pessoas.

Isto é nitidamente observado nos estatutos impetrados na Lei Brasileira de Inclusão, onde o seu texto corrobora a ideia de que quanto mais acesso e oportunidade uma pessoa dispõe, menores serão as dificuldades consequentes de sua característica.

Tenho interesse em propor uma plataforma virtual, onde as unidades de ensino possam interagir entre si, trocando experiências e ações pioneiras que possam estar surtindo efeitos positivos com os alunos, e que nela possam estar sendo exposta a evolução dos mesmos de forma gradual e contínua.

Que esta ferramenta seja um espaço aberto, um fórum de comunicação ininterrupto que aproxime tanto os docentes quanto os setores administrativos deste segmento na pessoa de seus representantes diretos.

Um meio virtual, que certamente seria um instrumento que envolveria a todos os docentes, podendo ali ser disseminado o conhecimento já adquirido, a busca de respostas a questionamentos que possam surgir, e o compartilhamento de ações de sucesso que poderão ser reproduzidos em outras unidades de ensino.

Esta plataforma poderia ser um canal de divulgação de publicações de encontros, palestras, pesquisas através de artigos, dissertações ou outros materiais que possam enriquecer academicamente aos usuários desta fonte virtual voltada ao atendimento de alunos com necessidades específicas.

Creio que essa troca de experiências que movimenta e dá vida à uma formação docente mais especializada. Pois acredito que é na sala de aula que se tem o real indicador das propostas e técnicas defendidas por pensadores, é nela que são avaliados se tais conceitos são de fato, viáveis e válidos. É na ação direta com os discentes, que se tem a validação das metas planejadas e organizadas de forma conceitual e teórica.

Torna-se essencial o processo de compartilhamento de reflexões a respeito da formação docente, os saberes e suas práticas pioneiras que vêm surtindo efeitos positivos na formação do discente com deficiência, todo o seu processo de desenvolvimento e aplicabilidade em sala de aula.

Informações estas, que bem estruturadas e sendo colocadas em disponibilidade de outros com os mesmos interesses, teremos uma visão de como encontram-se estruturalmente as unidades escolares, e as concepções profissionais dos agentes de ensino, mais especificamente voltadas ao público de educação inclusiva,.

Desta maneira, poderão se estabelecer metas mais substanciais e realistas, oferecendo alguns critérios que possam ajudar no preenchimento de certas lacunas existentes na formação de educadores que realmente possam atender a esta demanda de forma mais eficiente.

A educação escolar, destina-se ao desenvolvimento das faculdades intelectuais do ser humano, e que deve, obrigatoriamente, incentivar as potencialidades individuais de cada um dentro do seu perfil, emocional, físico e cognitivo.

Graças ao potencial educacional, e sua vertente socializadora, a escola é constituída como um dos direitos mais importantes da cidadania, e que por alguns entraves ainda observados no sistema acadêmico, a este público ainda é negado este direito fundamental.

A dissertação visa criar a possibilidade de interrogar as ações de formação docente na teoria e na prática, onde infelizmente vemos metodologias e conceitos muito amplos que oferecem um serviço que prega a inclusão, mas que por hora, e por todos os desajustes que os envolvem, acabam por fim sendo supressórios e excludentes.

2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para este trabalho, não há necessidade de se fazer grandes aprofundamentos em questões históricas, uma vez que o que interessa neste momento e discutir sobre como ferramentas tecnológicas podem potencializar a disseminação de ações pioneiras no atendimento de alunos com necessidades educacionais específicas.

Porém é relevante situar o leitor da trajetória histórica acerca deste tema, e alguns desdobramentos que ocorreram no decorrer do tempo e que representam um papel importante na atual conjuntura voltada a esfera inclusiva.

Por isso são apresentadas apenas algumas considerações sobre a educação inclusiva, uma vez que esta é uma postura que surge no final do século XX, e por ser um assunto "relativamente jovem" necessita ser discutida e revisada continuamente para atingirmos pouco a pouco, melhoria em todo o processo voltado à esta temática.

A história das pessoas com necessidades específicas, foi marcada por separações e segregações desde os tempos mais longínquos. De acordo com as Diretrizes da Política Nacional de Saúde, indivíduos com deficiência, são todas as pessoas que possuem dificuldades de cunho psicológico, intelectual, emocional , sensorial, visual, auditiva, motora e física.

Felizmente, com o surgimento de estudos referente aos direitos humanos, atualmente, pautado na educação especial, é possível se fomentar uma vida com mais qualidade e direitos igualitários para todos.

2.1 A história da Educação Especial no mundo

As pessoas com necessidades educacionais especiais foram vistas de diversas formas ao longo da História. O preconceito e discriminação foram historicamente construídos, e para que se valorize a escola inclusiva, se faz necessário uma breve reflexão sobre os tratamentos pelos quais os deficientes receberam em cada época da história.

Na Roma Antiga, início da Era Cristã, os deficientes eram mortos apesar das leis romanas não permitirem a morte intencional de crianças com menos de três anos de idade. Algumas crianças dessa época que nasceram consideradas anormais eram abandonadas às margens do rio Tibre. Essas mesmas crianças eram resgatadas por escravos e pobres que as criavam e mais tarde as utilizavam como pedintes em templos, praças e ruas de Roma (CORREIA, 2006, p.11).

Já na Roma de Césares os deficientes eram humilhados e tratados como bobos. E na Grécia Antiga, o culto ao corpo não permitia que este fosse diferente, gerando assim o sacrifício dos deficientes, ou que fossem escondidos, como se encontra registrado na República de Platão: "Quanto aos filhos de sujeito sem valor e aos que foram mal constituídas de nascença, as autoridades esconderão, como convém, num lugar secreto que não deve ser divulgado" (BRASIL/SEESP, 1997, p.09).

Em Atenas, o pai era responsável pelo extermínio do próprio filho. Algumas crianças que escapavam eram abandonadas. De acordo com o costume da época, quando nascia uma criança o pai realizava uma festa , quando a mesma não era realizada ficava claro que a criança não sobreviveria. (CORREIA, 2006, p.12).

E em Esparta existia uma comissão de anciãos que examinavam os bebês levados pelos pais e se fossem defeituosas eram lançadas em um precipício (CORREA, 2006, p 12). Com o fim da Antiguidade os deficientes passaram a ser olhados de forma diferente devido ao cristianismo. De acordo com a moral cristã eram filhos de Deus e não poderiam ser maltratados, abandonados ou mortos e tal olhar perdurou durante toda a Idade Média (CORREIA, 2006, p. 13).

O cristianismo, em nome do amor ao próximo, estabeleceu certa tolerância e uma conduta caritativa para com o deficiente. Como não podia ser assassinado, optou-se pela segregação que tinha o significado de caridade, era garantido para essas pessoas o teto e a alimentação. (CORREIA,2006 p. 15).

Ao final da Idade Média e início da Idade Moderna, a Inquisição Católica puniu sacrificando milhares de pessoas que eram consideradas endemoniadas e muitas pessoas deficientes eram vistas dessa forma.

Devido à falta de cuidados com a saúde e higiene aumentou o número de epidemias e doenças como Difteria, Influenza, Hanseníase e Peste Bubônica que em conjunto com as más-formações congênitas e incapacidades físicas eram consideradas castigo de Deus. Foi um período de superstição e preconceitos (CORREIA, 2005). SANTOS (2002, p.29) aponta que “a concepção bíblica legitimava a segregação das pessoas com deficiência em nome da lei divina, presente nas escrituras sagradas”.

No século XVI, os médicos Cardano e Paracelso defenderam que caberia a medicina e não a igreja a decisão sobre a vida e destino dessas pessoas. Segundo eles a deficiência acontecia por uma fatalidade hereditária ou congênita. A partir de esse novo olhar, se abriu a possibilidade de tratamento das pessoas com deficiência, o que foi consolidado somente no século XIX com estudos de Pinel, Itard, Esquirol, Seguim, Froebel e outros, que também possibilitou avanços nas pesquisas para instrução do deficiente.

Destaca-se a médica italiana Maria Montessori, uma importante educadora que criou sistemas pedagógicos, baseando seu método em crianças com deficiência intelectual e estendendo-o às crianças ditas normais (CORREIA, 2006.p.18 e 19).

Na era pré-cristã, havia total descaso em relação ao tratamento de pessoas com deficiência. Elas eram excluídas do grupo social ao qual se encontravam. A sociedade além de ignorá-las, as perseguiam e as matavam. Este tipo de tratamento era justificado por pensamentos pautados no misticismo; alegando que elas possuíam características malignas e eram vistas como um perigo e grave ameaça.

Somente com o advento dos séculos XVIII e XIX iniciaram movimentos voltados ao atendimento e tratamento às pessoas com deficiência, onde as mesmas poderiam receber auxílio e assistência em instituições específicas voltadas às suas condições individuais. Foram criados asilos e hospitais para recebê-las, porém ao mesmo tempo implicitamente era notório o intuito de isolá-las e excluí-las da sociedade em geral.

Este tipo de movimentação demonstrava a ideia de que a pessoa com deficiência estaria mais amparada e cuidada em um determinado ambiente, ou seja, longe do convívio social, de certa forma que a população estaria "protegida" delas, demonstrando ainda o pensamento firme e convicto que uma pessoa com deficiência fosse sinônimo de grave atemorização.

Somente no final do século XIX surgiram as escolas especiais, com turmas e grupos de estudos específicos para alunos com deficiência, cujo objetivo era de proporcionar a estes indivíduos uma educação com mais qualidade e que atendesse as suas particularidades. Havia o atendimento educativo, direcionado e também o interesse de inserir esses indivíduos dentro do convívio social.

Ao final do século XX, com o desenvolvimento e ampliação de conceitos voltados aos direitos humanos, iniciou-se os debates e iniciativas para introduzir os alunos com deficiência juntos com os alunos do ensino regular.

Fato esse, observado principalmente na fase Pós-Segunda Guerra Mundial, em que os soldados feridos em batalhas obtiveram graves sequelas devido à guerra e tornaram-se deficientes, e assim que puderam ser reabilitados, passaram a produzir, serem ativos e a continuar sua vida com normalidade.

Com esse panorama, surgem atores voltados a esfera inclusiva e defensores dos seus direitos. A partir deste momento, o mundo passou a admitir a capacidade e potencialidade das pessoas com deficiência.

Na década de 1950, na Dinamarca por exemplo, alguns grupos de pais formado por associações, começaram a não aceitar mais as escolas especiais para o atendimento de seus filhos, pois destacavam que as crianças e adolescentes precisariam de apoio e suporte para ter condições de vida e ambientes o mais próximo possível do considerado "normal".

Para isso, era necessário que estes indivíduos tivessem o maior contato possível com pessoas e ambientes que proporcionassem os mesmos estímulos do considerado normal e regular. Desta forma, em 1970, nos Estados Unidos já se começava a fomentar noções e debates acerca de uma educação inclusiva.

Porém, para ter uma ideia de como foi lento e demorado o discurso inclusivo chegar até o nosso Brasil, ainda na década de 50 não de discutia a educação especial no nosso país.

Somente em 1954 iniciou-se o movimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e aumentou o quantitativo de escolas especiais, que consistia em uma associação de assistência às crianças excepcionais (como elas eram rotuladas naquela época). E a partir de 1970 que a Educação Especial começou a ser debatida pelas entidades governamentais, e órgãos normativos de cunho federal e estaduais.

E por fim, na década de 1980 e início dos anos de 1990, começou a aparecer de forma mais incisiva os conceitos voltados à inclusão escolar, que favoreceu de forma direta e eficaz a cultura inclusiva. A adaptação e inserção de alunos com deficiência no contexto da escola regular, tem como objetivo primordial não permitir que a pessoa com deficiência se sinta excluída do sistema educacional e consequentemente da sociedade como um todo.

A Declaração de Salamanca (1994), foi o marco para a iniciação da caminhada para uma educação especial e inclusiva: O processo defendido neste documento, permitiu que todos os alunos, sem distinção, sejam educados de maneira que prime a igualdade

para o aprendizado, o acesso e permanência na escola, onde se é considerado as potencialidades das pessoas com deficiência dentro dos ambientes das escolas regulares.

2.2 A história da Educação Especial no Brasil

No Brasil os avanços aconteceram lentamente. Uma das primeiras formas de atendimento escolar para pessoas com necessidades especiais foi para o deficiente físico em uma instituição particular, em 1600, em São Paulo.

Quanto à legislação, a primeira Constituição do Brasil datada de 1824 previa uma educação primária e gratuita para todos, mas "(...) privava o incapacitado físico ou moral do direito político". (CORREIA, 2006, p.30).

Observam-se no período imperial algumas iniciativas para atendimento das pessoas com necessidades especiais. Em 1854 foi fundado o Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituo Benjamim Constant e também em 1857 o Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (CORREIA, 2005 p.30 e 31).

Segundo CORREIA (2003, p.03), "as ações se voltavam especificamente para a deficiência visual e auditiva, poucas ações isoladas para deficiência física, enquanto que a deficiência mental era um silêncio absoluto".

A partir do século XX começou a surgir interesse da sociedade pelas pessoas com deficiência e segundo SANTOS (2002, p.30), "na década de 50, surgiram às primeiras escolas especializadas e as classes especiais, predominando a concepção cientifica da deficiência, acompanhada pela atitude social do assistencialismo".

Na década de 60 a Educação Especial aparece na LDB 4024/61, apontando que a educação dos excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação.

Na década de 70, surge a proposta de integração devido a avanços de estudos na área de Psicologia e Pedagogia que conseguiram demonstrar que essas crianças possuíam possibilidades educativas.

Porém, na proposta de integração de acordo com SANTOS (2002, p. 30) "coexistia também uma atitude de marginalização por parte dos sistemas educacionais que não ofereciam as condições necessárias para que os alunos com deficiência alcançassem o sucesso na escola regular".

Ainda nesta década temos em 1971 a LDB 5692/71, que deu destaque a Educação Especial de forma isolada, foram criadas assim inúmeras escolas especializadas, continuando com a segregação em escolas e classes especiais.

Nesta década cria-se o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) do Ministério da Educação, o que fez surgir ações educacionais voltadas para as pessoas com deficiência, porém ainda configurava o assistencialismo (CORREIA, 2006 p.44).

A década de 80 trouxe avanços na Educação Especial, sendo 1981, considerado "Ano Internacional da Pessoa Deficiente", sendo visto como o "embrião da educação inclusiva" (ROSSETTO, 2009, P.03).

Também nesta mesma década foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil que assumiu formalmente os mesmos princípios postos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é assegurado a todos o direito à educação.

Na década de 90 é ampliado o conceito de educação inclusiva que para SANTOS (2002, P.31) "se contrapõe à homogeneização padronizada dos alunos, conforme critérios que não respeitam a diversidade humana". É o caminho para transformação da segregação, integração em inclusão.

É importante destacar neste período a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei no 8.069/90, que em consonância com as ideias promulgadas de uma educação para todos, determina em seu artigo 55 que "os pais ou responsáveis tem a

obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino" (CORRÊA, 2006, p.77).

Nesta década documentos internacionais influenciaram as políticas públicas no país como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). Documentos que proclamam o acesso às escolas regulares de forma inclusiva, onde as mesmas devem adequar-se em uma pedagogia que vá ao encontro das necessidades da criança.

Assim, em 1994 é publicada a Política Nacional de Educação Especial. Tal política não conseguiu derrubar a integração devido a não reformulação de práticas pedagógicas, o que era necessário para que se rompesse com o padrão estabelecido de homogeneidade de aprendizagem e a responsabilidade daqueles que não estavam dentro do padrão ainda era exclusivamente no âmbito da educação especial (COSTA, 2007, p36).

Com a promulgação da Lei 9.394/96, atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, se inicia uma nova concepção de educação que oportuniza o ensino na escola regular para todos e determina que essa mesma escola assegure currículo, métodos, recursos e organização específica que atenda a necessidade de todos os alunos, o que consta no artigo 59 da referida Lei (COSTA, 2007, p.37).

A Resolução CNE/CEB no 02/2001, institui Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica e representa um avanço na universalização do ensino e um marco da atenção à diversidade na área educacional quando declara:

> Os Sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (Resolução CNE/CEB no 02/2001, Art. 2o, p.01).

De acordo com os avanços da legislação, a Educação Especial é concebida como possibilidades a serem alcançadas e deixa de ser vista como impossibilidade.

É a busca pela educação inclusiva e erradicação de uma educação que possuía como modelo a integração, que segundo Costa, é a negação das diferenças, como se destaca abaixo:

> O termo integração tende a indicar a eliminação da diferença daquele que é integrado. Logo, a integração escolar só foi possível para aqueles que tem sua diferença negada (embora não deixe de existir). Ou seja, para os alunos que se tornam homogêneos, abrindo mão de sua demanda humana e de sua possibilidade de se diferenciar como indivíduos, quando a diferença deveria ser considerada como sendo a essência humana.(.COSTA, 2007, p.19,20).

Em continuidade aos processos inclusivos e a busca de uma educação de qualidade é lançado no país em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que destaca a formação de professores para educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência.

Além do exposto, contemplou-se também a educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC. Tal documento visa à superação da oposição entre escola regular e educação especial (CORRÊA, 2005,P.77,78).

Em 2008 a nova "Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva" da SEESP/MEC é publicada para de acordo com a mesma:

> Orientar os sistemas educacionais para a organização dos serviços e recursos da Educação Especial de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino. Essa política resgata o sentido da Educação Especial expresso na Constituição Federal de 1988, que interpreta esta modalidade não substitutiva da escolarização comum e define a oferta do atendimento educacional especializado – AEE em todas as etapas, níveis e modalidades, preferencialmente no atendimento à rede pública de ensino. (PARECER CNE/CEB no 13, 2009, p.01).

Para que a "Política Nacional da Educação Especial" na perspectiva da educação inclusiva fosse implementada, foi aprovado o Decreto Presidencial de nº 6.571/2008, evitando assim equívocos na implementação do AEE.

Tal Decreto objetiva o compromisso da União na prestação de apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino nos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o Atendimento Educacional Especializado, hoje substituído pelo Decreto Federal n° 7611/2011.

A reflexão sobre o que fundamenta a educação inclusiva significa analisar o contexto educacional atual de tal educação, os avanços e ainda modificações que urgem serem realizadas para que todos os alunos adquiram conhecimentos e não se sintam excluídos do contexto escolar, seja pedagogicamente, seja na troca entre seus pares.

2.2.1 A realidade da educação especial inclusiva no Brasil

O primeiro passo para compreender a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva é saber que a educação é uma das principais responsáveis pela socialização. A escola colabora para que uma pessoa aprenda a conviver em sociedade, desenvolvendo a cultura e suas habilidades intelectuais.

As crianças aprendem que alguns colegas são diferentes, mas não precisam ser temidos, deixados de lado ou evitados. Já as crianças com deficiência, ao estarem inseridas no contexto educacional de forma inclusiva, melhoram a sua autoestima, sentindo-se inseridas na sociedade.

Ao analisar a história podemos perceber que a educação inclusiva surgiu através muitas lutas e sofreu grandes modificações e quebras de paradigmas com o passar dos anos.

Ainda há um despreparo dos educadores. No entanto, cursos de graduação já prevêem disciplinas voltadas à educação especial inclusiva. Além disso, existem opções como cursos online voltados a esta temática que possibilitam ajudar a conduzir da melhor maneira o processo de aprendizagem.

Nas escolas encontramos diversas crianças e adolescentes com deficiência e não há como negar que, muitas vezes, os professores não sabem como lidar com isso: quando uma criança tem deficiência mental, é necessário ter acompanhamento clínico e participar de diversas funções terapêuticas.

A notícia boa é que existem na internet diversos materiais pedagógicos, cursos e guias auxiliares para ajudar os professores a se qualificarem para a educação inclusiva, e sugestões de como preparar aulas lúdicas e transformadoras.

Os professores precisam se adequar as novas metodologias de forma que estes profissionais possam atender de forma mais assertiva aos alunos com deficiência. E quando nos referirmos ao auxílio proporcionado pelas tecnologias, podemos sinalizar como sugestão alguns itens como:

- Uma plataforma digital de acesso aberto que permita multiplicar a disponibilidade de metodologias e artefatos digitais de forma eficiente, responsiva, onde os professores possam partilhar suas dificuldades, experiências e metodologias visando potencializar, disponibilizar e renovar as ações pedagógicas de ensino e aprendizagem que possam fazer uso de recursos digitais;

- Acesso e utilização de novos recursos para o ensino (Tecnologia Assistiva: conceitos, recursos e cursos fundamentais, como tablets com traduções simultâneas, jogos e aparelhos especiais e adaptados para as necessidades das crianças);

- Oferecimento de suporte tecnológico que propiciem o aumento do uso de metodologias de ensino baseadas em recursos digitais.

E com os indicadores descritos acima, podemos afirmar que as escolas especiais vão acabar?

Uma dúvida muito comum quando falamos em educação especial é sobre se as escolas especiais vão acabar. Houve (e ainda há) muitas divergências de opiniões quanto ao fechamento das escolas especiais para a inclusão social.

Como existem muitas dificuldades que permeiam esse assunto, a maioria das pessoas que eram contra esse método tinham anseios e medos devido ao despreparo das escolas, e a falta de qualificação dos professores e até mesmo carência da grade curricular para atender crianças com deficiência.

Portanto, não há como afirmar com certeza se as escolas especiais vão acabar definitivamente. Contudo, a educação inclusiva é uma excelente maneira para promover a igualdade entre as pessoas. Quando levamos isso para a sala de aula, é sempre importante estar atento à inovações e recursos lúdicos para trabalhar com os discentes.

Por isso, em um mundo cada vez mais tecnológico, é essencial investir em ferramentas digitais que possam estar contribuindo para o aperfeiçoamento dos professores, e porque não dizem também de todos os atores que atendem a esta parcela da comunidade discente. Assim, ficará muito mais fácil trabalhar com a inclusão dentro da sala de aula.

A educação especial inclusiva visa o respeito, igualdade e dignidade entre toda a comunidade escolar (alunos, professores, pais, comunidade em geral). A sociedade precisa compreender as divergências e respeitá-las, proporcionando aos portadores de deficiência uma vida normal e com condições de igualdade de desenvolvimento.

Sabemos que, por mais que esse assunto seja estudado e aperfeiçoado ao longo dos anos, ainda causa certo preconceito, medos e anseios. Porém, é preciso quebrar paradigmas, abrir novos horizontes, criar novas culturas, e proporcionar uma vida harmônica e feliz para todas as pessoas, indiferente de sua classe social, gênero, ou necessidades especiais.

Para isso, é muito importante que os professores busquem constante aperfeiçoamento em sua área de estudo, tais como cursos voltados a este tema, como cursos online de extensão por exemplo. Somente assim, eles se mantêm atualizados sobre esse universo.

2.2.2 A diferença entre educação especial e educação inclusiva

A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva é abordada por Paulo Freire (1999), quando ele afirma que “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Isso significa que a educação precisa ser flexível, possibilitando a todos os seres humanos o direito de interagir socialmente diretamente com a sociedade, para desenvolver as suas habilidades. Assim, o objetivo de todas as instituições deve ser promover a igualdade e oportunidades a todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

O ato educativo é pedagógico e político, por isso, é preciso que toda a comunidade, professores e alunos percebam a escola como uma instituição social, mesmo inserida em um ambiente com desigualdades e injustiças. A transformação social é uma dessas condições, que possibilita que a sociedade crie as suas condições de vida sempre em progresso.

O ensino inclusivo possibilita o Atendimento à Educação Especializada: inclusão, cooperação e dignidade. Ele não é a mesma coisa que a educação especial: esta é um sistema que separa a criança com deficiência dos demais alunos, afirmando que as suas necessidades não podem ser supridas pela grade curricular de ensino normal.

Já a educação inclusiva faz com que os alunos com deficiência sejam inseridos na mesma classe que os estudantes que não tenham deficiência.

Vale ressaltar que a educação inclusiva abrange não somente as pessoas com deficiência, mas também pessoas com altas habilidades ou superdotação, e com transtorno do espectro autista.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Especial é “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de

ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” .

Dessa maneira, a educação especial tem basicamente os mesmos propósitos da educação em geral, porém seu atendimento deverá ser pautado de acordo com as limitações individuais de cada discente, ela irá fazer uso de instrumentos didáticos específicos para contribuir com a aprendizagem segundo as dificuldades apresentadas pelo aluno, sejam elas físicas ou cognitivas.

Mas a Educação especial não visa cumprir, necessariamente, um papel integrador da criança com a sociedade. Geralmente, são instituições educativas de ensino regulares ou ambientes especializados em uma determinada deficiência - é o caso de escolas para pessoas surdas, deficientes visuais ou intelectual. Também há instituições voltadas aos transtornos globais de desenvolvimento ou com superdotação.

Essa modalidade de ensino prega que as necessidades dessas crianças não podem ser supridas nas escolas regulares. Geralmente, dividem as necessidades especiais: indivíduos que precisam de apoio e cuidados para realizar todas as atividades pessoais e acompanhamento 24h; e os que conseguem seguir regras e realizar hábitos de higiene, mas precisam de supervisão; e os com habilidades de adaptação pessoal e social e que conseguem realizar atividades simples.

Existem também escolas de Educação Especial atendem crianças superdotadas, ou seja, que possuem uma inteligência acima da média e assim necessitam de estímulos diferentes e mais direcionados à especificidade cognitiva.

Já a Educação Inclusiva, pode ser classificada com um sistema educacional híbrido, ou seja, ela irá unificar a educação regular com a educação especial. Dessa forma, os discentes com algum tipo de deficiência ou transtorno frequentaram o ambiente escolar convivendo com todos os outros alunos.

Ela se caracteriza essencialmente como a Educação Especial dentro da escola regular, cujo objetivo seja transformar o ambiente educacional em um espaço para todos.

A Educação Inclusiva, favorece a diversidade, pois nos mostra que todos os alunos podem ter especificidades individuais em algum momento da vida escolar e o convívio pode ser benéfico para todos. A Educação Inclusiva visa educar todas as crianças em um mesmo ambiente escolar. Porém isso não demonstrará a negação das dificuldades ou limitações do estudante.

Mas com estratégias adequadas, e profissionais capacitados, resultará na formação do aluno com deficiência, estimulando suas potencialidades, colaborando no seu desenvolvimento e convivência com todas as pessoas, dentro e fora da escola.

De acordo com o Plano Nacional de Educação, essa modalidade de ensino perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao ensino superior); realiza o atendimento educacional especializado (AEE); disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

Mas, para que haja eficácia no atendimento dos alunos com necessidades especiais, é importante ter um projeto pedagógico inclusivo, formação docente constante resultando em profissionais capacitados, além de ter recursos e tecnologias que fomentarão a troca de saberes e a disposição de informações atualizadas voltada ao atendimento deste público discente..

Além disso, é necessário fazer adaptações nos materiais didáticos e métodos de ensino, de acordo com as limitações do aluno. A Educação Inclusiva reforça que todas as crianças podem aprender. E respeita as diferenças dos indivíduos. Mas é um processo que está em evolução constante, e discussões que visem o constante desenvolvimento desta temática, certamente nos encaminhará para melhores condições de ensino e aprendizagem.

Sabe-se que atualmente fala-se muito em promover a inclusão, e o incentivo a debates voltados a este assunto faz-se necessário, pois auxiliam na diminuição de equívocos que por desinformação podem contribuir para a morosidade em ações de melhoria do ensino inclusivo. Fávero (2004, p. 38) analisa a diferença entre as palavras integração e

inclusão, embora estas contenham a mesma ideia de inserir quem está excluído, qualquer que seja o motivo. Explica que na integração...

> "... a sociedade admite a existência de desigualdades sociais e, para reduzi-las permite a incorporação de pessoas que consigam 'adaptar-se', por méritos exclusivamente seus. Ainda, a integração pressupõe a existência de grupos distintos que podem vir a se unir."

Por sua vez, a inclusão...

> "...significa, antes de tudo, 'deixar de excluir'. Pressupõe que todos façam parte de uma mesma comunidade e não de grupos distintos. Assim, para 'deixar de excluir' a inclusão exige que o Poder Público e a sociedade em geral ofereçam as condições necessárias para todos."

2.2.3 A legislação na educação especial no Brasil

Com relação à política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, podemos encontrar no site do Ministério da Educação (MEC) as leis e o resumo sobre os principais decretos, portarias, avisos curriculares, leis e resoluções que permeiam o universo da Educação Especial no Brasil.

Decretos

DECRETO No 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999: regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001 (Convenção da Guatemala): promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Portarias

PORTARIA Nº 1.793, DE DEZEMBRO DE 1994: dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências.

PORTARIA Nº 319, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1999: institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente.

PORTARIA Nº 554 DE 26 DE ABRIL DE 2000: aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille

PORTARIA Nº 3.284, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2003: dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Aviso Circular

AVISO CIRCULAR Nº 277/MEC/GM, DE 08 DE MAIO DE 1996: dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais.

Resolução

RESOLUÇÃO Nº 2 DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 CEB/CNE: institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

3. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

É notório que ao longo dos anos, muito tem se discutido a respeito de metodologias e ações que possam ser implementadas para incentivar a inclusão de forma efetivamente genuína dos alunos portadores de necessidades especiais dentro do contexto escolar.

Faz-se necessário a urgência na quebra de paradigmas e obter-se o conhecimento sobre práticas pedagógicas adequadas que possibilitem a adaptação desta clientela que vem crescendo com o passar dos anos, fenômeno este que vem resultado em mais acesso, contato e inserção desta parcela da população com o ambiente estudantil.

Torna-se importante identificar as dificuldades encontradas no meio escolar, criar práticas inovadoras, e conhecer quais ações que já vêm possibilitando a inserção de crianças com necessidades especiais nas atividades regulares das unidades de ensino.

É primordial tornar cada vez mais acessível às informações que visem a divulgação da importância da inclusão escolar para a sociedade, e principalmente para os portadores de necessidades especiais e suas famílias, pois ainda é visível a morosidade na aplicação de técnicas realmente ativas eu promovam a inclusão no contexto escolar,.

Somente com a mobilização dos estabelecimentos de ensino, através de seus representantes juntamente com a sociedade na busca de seus direitos já garantidos por lei, que teremos subsídios para atingir uma educação mais adequada a todos dentro de suas particularidades específicas, de forma que esta educação seja, de fato, oferecida com qualidade e significância.

Através de estudos que tratam desta pauta nos mais variados aspectos, teremos ações que orientem a discussões, questionamentos e à busca de possíveis caminhos que

possam resolver ou minimizar os entraves presentes na educação inclusiva, originando assim mais qualidade de ensino e com maior sentido para os alunos.

Através da investigação, identificação de problemas nas ações pedagógicas praticadas em sala de aula, poderá se avaliar o panorama que temos, e o que queremos para se atingir o progresso na implementação de ações pedagógicas realmente eficazes que promovam a integração dos alunos portadores de necessidades especiais à escola, ao convívio social e a sua cidadania.

O maior desafio neste contexto, é entender que ser especial não é ser incapaz, mas ser diferente com capacidades únicas e que podem ser até surpreendentes. Para que isto aconteça, os sistemas educacionais devem concentrar a educação no aprendiz, isto favorecerá seu desenvolvimento levando em consideração seu potencial e desempenho.

A educação inclusiva, deverá ter como sua base primordial ter princípios de valorização da diversidade; respeitando todos aqueles que são diferentes, porém não inferiores aos demais.

> "O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo..." (**KUNC**,1992 apud **CÂNDIDO**,2009)

Através de pesquisas, pode-se notar que as dificuldades nos meios escolares vão desde péssimas condições de trabalho dos profissionais da educação, até as estruturas físicas das instituições, pois sabe-se que estas escolas foram construídas para uma sociedade cheia de barreiras e preconceitos, o que dificulta fazer adaptações necessárias.

A falta de formação dos professores também tem sido fator que dificulta a aprendizagem e a inserção destes alunos com necessidades especiais nas escolas comuns.

Além disso, os professores que estão na sala de aula não foram preparados para realizar este tipo de atendimento e atividade, o que os coloca em uma posição desconfortável e preocupante, pois consequentemente prejudica muito o processo de ensino e aprendizagem dos discentes.

Estes professores foram formados em um momento em que não havia esperança nem oportunidades para estas pessoas, elas estavam às margens da sociedade. Segundo MICHELS , 2006, falta de preparo dos professores brasileiros é apontada, pelos órgãos oficiais, como uma das causas mais relevantes do insucesso escolar dos alunos.

A sociedade brasileira ainda apresenta marcas profundas de desigualdade e preconceitos, porém com as novas políticas de inserção de pessoas com necessidades especiais, estas pessoas podem conviver e ter acesso aos bens e serviços que é de direito de todos os cidadãos do nosso país.

Para que haja a verdadeira inclusão, é necessário romper com os preconceitos criados pelas sociedades, e intrinsecamente pelas normativas educacionais vigentes, que em alguns aspectos, estão presentes até os dias de hoje, para que possamos atingir a meta de termos uma sociedade mais íntegra.

É fundamental que os professores tenham acesso à informações de aplicabilidade prática voltada para a inclusão, e que visem a real integração de alunos com necessidades especiais nos espaços da escola.

Aos professores, devem-se fornecer subsídios que fomentem a perda do medo, da insegurança e da incerteza de como agir diante do novo, dando-lhes uma formação adequada para que se sintam resolutos em sala de aula, e que possam passar seus conteúdos com maior qualidade e que alcance a todos os discentes, promovendo assim o envolvimento de todos na compreensão das temáticas propostas, tornando-as verdadeiramente significativas na construção social e acadêmica dos alunos.

Fazer adaptações de materiais de estudo, brinquedos, acessórios e instrumentos para que elas possam absorver o conhecimento de determinado assunto, assim como os demais alunos, respeitando o seu tempo de assimilação de forma gradual e de acordo com as suas particularidades, e respeitando suas especificidades, desta forma, acredita-se que teremos um ambiente propício e acolhedor para que esta clientela possa acompanhar de forma justa o currículo escolar vigente.

Porém estas ações não são fáceis, é um processo árduo e desafiador, que nos propomos a realizar mediante de tantas responsabilidades, como projetos, prazos a cumprir, além dos resultados que o professor tem que apresentar no decorrer de todo o ano letivo.

É desafiador se dispor a desbravar este tema tão complexo mediante a uma realidade profissional já tão sobrecarregada, adicionado às péssimas condições de trabalho e a pouco, ou nenhum material disponível.

Diante do exposto, se vê a premência de oferecer ao professor uma formação efetiva voltada a essa pauta, com metodologias modernas, de fácil entendimento e utilização, que possuam aplicabilidades reais no seu cotidiano profissional; que primem pela inclusão discente, que, apesar de se ter uma educação, que durante todo este processo prega com afinco a educação inclusiva, apresenta seu panorama educacional de forma ainda excludente.

Isto se manifestada na má, ou pouquíssima formação docente voltada para esta temática, representada pela falta de acessibilidade de informações efetivas, presentes em suas metodologias que necessitam urgentemente de implementações mais atuais, até na estruturação física propriamente dita visualizada nas escolas cotidianamente, que em nada contribuem para o acesso e permanência destes alunos nas unidades de ensino.

É notório que, torna-se necessário fundamentar o problema supracitado através de estudos que já se desenvolvem por intermédio de pautas voltadas à esta temática; estudos estes, que podem fundamentar o pensamento proposto na dissertação, que certamente irá criar ambientes para o debate, a construção de ideias, o compartilhamento de saberes e de possíveis soluções formuladas que possam estar sendo aplicadas, com seus respectivos resultados.

Resultados estes, que poderão ser ainda mais implementados, estimulando um crescente movimento de sustentabilidade e continuidade de pensamentos e propostas pedagógicas que visem a busca constante da excelência dos serviços educacionais prestados ao público de pessoas com necessidades especiais, e a própria sociedade como um todo.

Certamente estas ações sendo praticadas em ambientes com realidades tão desiguais, onde se deseja a promoção de panoramas que visem à equidade e igualdade, evoluam; e resultem em um acesso educacional que prime pela liberdade em todas as suas vertentes, com a efetiva atuação dos direitos fundamentais do indivíduo e da sua própria cidadania.

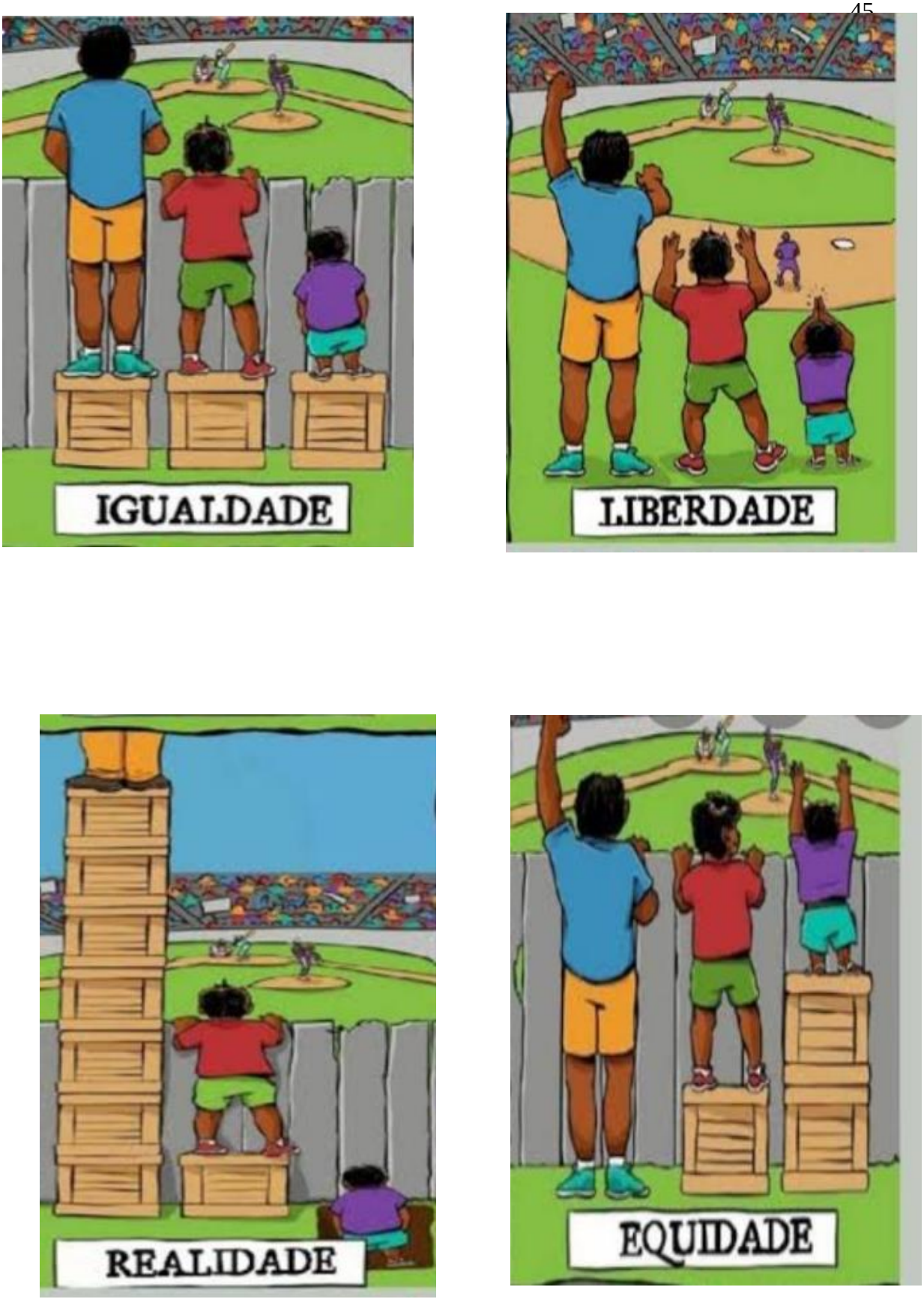


FIGURA 1:

Imagem retirada do https://cplcarlosalexandre.jusbrasil.com.br/artigos/755395019/a-equidade-em-tempos-de-liberdades

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

O objetivo da pesquisa visa compreender como a tecnologia pode favorecer o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas direcionadas aos professores que atuam com crianças com deficiências no município de Japeri.

4.2 Objetivos Específicos

- Investigar as principais dificuldades dos docentes no atendimento efetivo aos alunos com deficiência no ambiente escolar;

- Descrever de forma objetiva como as metodologias educacionais estão sendo desenvolvidas na atualidade em relação ao atendimento de alunos com deficiência;

- Propor uma ferramenta tecnológica que possa oferecer subsídios para melhoria da práxis docente através de troca de experiências e ações de sucesso no atendimento dos discentes com deficiência.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.1 Dificuldades Dos Docentes no Município de Japeri.

Ao se investigar as principais dificuldades dos docentes no atendimento efetivo aos alunos com deficiência no ambiente escolar especificamente, podemos nos remeter aos estudos voltados as políticas públicas, e como estão as suas atuações no atendimento destes profissionais no intuito de solucionar ou minimizar os entraves existentes nas atuações cotidianas no ambiente escolar.

Partindo desta perspectiva, há de se refletir sobre esta situação: como deverá ser o preparo do professor para que ele possa atender a essas "novas" demandas e, ainda, proporcionar aos seus alunos com necessidades educacionais específicas o êxito na sua aprendizagem?

Segundo Rinaldi, Reali e Costa (2007), buscar por uma escola inclusiva nos remete a proporcionar uma educação sem entraves ou restrições, que possa oferecer uma assistência aos alunos sem pré-julgamentos, ou seja, alunos considerados "normais" do ensino regular e os "deficientes", do ensino especial, sendo importante construir uma pedagogia que possa ter a capacidade de atender a todos os alunos de forma eficiente independentemente de sua condição.

Com isso, deve-se pensar na importância de se reestruturar os currículos voltados a formação docente de maneira que esse processo envolva todo ambiente acadêmico, abraçando de forma genuína a diversidade escolar. No capítulo dedicado à formação de professores, a Lei n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996) assinala as bases dos fundamentos metodológicos, as categorias de ensino, bem como as organizações que são responsáveis pelos cursos de formação inicial dos professores. Estabelece ainda, no art. 13, as atribuições dos professores, independentemente da etapa escolar em que atuam, a saber:

> Art. 13. [...]: I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III – zelar pela aprendizagem dos alunos; IV – estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; V – ministrar os dias

> letivos e horas-aula estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL, 1996).

Outra providência importante, que demostra o empenho do governo brasileiro pelo oferecimento de um melhor atendimento às pessoas com deficiência, é a Portaria n. 1.793, de dezembro de 1994 (BRASIL, 1994b), do Ministério da Educação (MEC), que recomenda, ainda, a conservação e o aumento de estudos adicionais em cursos de graduação e de especialização que versem sobre a especificidade da Educação Especial.

Todos os vinculados a essa comunidade são agentes imprescindíveis na promoção das ações que promovam a inclusão e são convidados a compartilhar essa tão grandiosa e complexa missão: o grupo familiar, equipes diretiva e pedagógica da escola, os professores, funcionários e alunos. Nesse conjunto de atores, o professor pode ser considerado o profissional que mais se destaca.

Beyer (2006) destaca que a formação do educador deve oferecer subsídios relevantes e contribuir em uma capacitação progressiva para as atuações pedagógicas que versem sob a ótica inclusiva. O autor lembra que a ideia da inclusão de alunos com necessidades especiais na escola comum deve ter como base fundamentos principais e conceituais de uma prática inclusiva que possa ser compartilhada por todos os atores educacionais e a própria comunidade escolar.

Na sala de aula, o professor é o agente fundamental, pois as suas ações educativas proporcionarão aos alunos com NEEs sucesso na sua aprendizagem. Assim, tanto a formação com temáticas voltadas a inclusão, como o acompanhamento constante que visem seu aperfeiçoamento influenciarão seu contexto de trabalho.

Os conhecimentos adquiridos através de formações constantes geram possibilidades de implementações de novas práticas pedagógicas que certamente irão gerar melhores condições no seu atendimento inclusivo, e um espaço para que os profissionais possam continuamente se desenvolver.

O distanciamento que ocorre entre as legislações voltadas para a inclusão de alunos com NEEs e a realidade educacional brasileira é presente dentro do cotidiano escolar. O simples fato de entender que o professor precisa de uma formação inicial e continuada voltada a temática da educação especial, não significa que ela de fato aconteça dentro de nossas unidades de ensino.

E, além disso, é importante entender que a tarefa de promover a inclusão não deve ser direcionada exclusivamente para professor, visto que a exclusão trata-se de uma questão presente em várias esferas da sociedade, está presente em muitos ambientes sociais durante o tempo no decorrer histórico.

Diversos estudos e pesquisas, vêm mostrando que os docentes, embora sintam-se comovidos e demonstrem interesse em atender de forma adequada os alunos "especiais", sentem-se pouco preparados, porque "a formação que receberam, habilitou-os a trabalhar sob a hegemonia da normalidade e não foram qualificados para o trabalho com diferenças individuais significativas" (CARVALHO, 2004, p. 88).

Deve-se observar que as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial mostram de forma clara a importância da capacitação dos professores, para que os mesmos possam oferecer um atendimento de qualidade aos alunos com NEEs, porém ainda hoje este documento de tamanha relevância ainda está longe de ser genuinamente contemplado.

Desta forma, nota-se que toda a dificuldade que envolve não somente a formação de um profissional competente, mas também de mantê-lo em constante aperfeiçoamento. Para atender com qualidade alunos com NEEs no ensino regular, não adiantará a escola e seus profissionais apenas recepcionarem esses alunos suas dependências, mas também estarem de fato preparados para eles, onde suas especificidades sejam de fato consideradas. (RINALDI; REALI; COSTA, 2007)

O processo de inclusão não está finalizado, está em constante produção, pois se processa com base na desconstrução de ações do cotidiano, que, mesmo que involuntárias, vem promovendo a exclusão, desde as mais corriqueiras e pontuais que acontecem no seio familiar, nas escolas, na comunidade, até as mais amplas que necessitam da movimentação efetiva das políticas públicas.

Para isso, é preciso abrir-se ao novo, estar receptivo as melhorias que possam contribuir para a melhoria do espaço escolar, fomentar atmosferas educativas adequadas e capacitar os docentes para garantir uma educação realmente inclusiva. (SOUZA, 2008).

Na educação inclusiva é fundamental considerar o papel do professor, pois ele é um agente primordial de todo o processo do desenvolvimento da aprendizagem do aluno no contexto escolar, é ele quem busca os processos metodológicos mais adequados de forma a oferecer um aprendizado mais significativo aos discentes.

Lamentavelmente, o que se vê hoje nas instituições de ensino, são professores tendo de atender alunos com NEEs e com pouco conhecimento e formação para desempenhar tal tarefa.

Outro tópico a ser observado, são as condições de trabalho nas escolas. Observa-se que, principalmente na rede pública de ensino, há uma grande carência de materiais didáticos, materiais de consulta para os professores sobre o tema, além do elevado número de estudantes por turma, o que dificulta o trabalho do professor e a sua percepção de alguma especificidade que possa existir em determinado aluno.

Particularidades estas que muitas das vezes também não são identificadas nem pela própria família, o que retarda a constatação e o encaminhamento deste aluno para um atendimento especializado, comprometendo ainda mais o desenvolvimento escolar e social do educando.

A desvalorização salarial desse profissional também é um fator importante de se destacar, onde o professor se vê desmotivado perante este aspecto desvalido diante de tantas mudanças. A valorização do professor é uma pauta importante de ser discutida e pensada, pois esta ação estimula as atuações docentes, gerando profissionais mais satisfeitos, comprometidos e estimulados.

É necessário falar sobre educação inclusiva de forma mais ampla. Não basta somente assegurar a entrada das pessoas com NEEs nas escolas para promover a inclusão; é necessário elaborar estratégias de como esse aluno será recepcionado e acompanhado,

como suas potencialidades serão trabalhadas e quais serão os parâmetros utilizados em sua avaliação.

Para obtermos um resultado positivo, o ambiente escolar tem de estar devidamente organizado. Os professores precisam ser capacitados e valorizados, toda a comunidade escolar deverá estar envolvida e comprometida com esse processo para que a inclusão dos alunos com NEEs aconteça de forma legítima.

5.2 Metodologias Educacionais Desenvolvidas na Atualidade No Atendimento de Alunos Com Deficiência.

Como já se é sabido, a Educação Inclusiva e todas as suas vertentes está em foco na atualidade, a sociedade já entende o quanto esta modalidade é relevante e por si só já representa um direito garantido por todos os quais necessitam deste atendimento especializado.

Sabe-se que nos dias atuais, a sociedade deseja que tenhamos uma escola que possa estar ofertando uma educação de qualidade, onde suas ações metodológicas possam estar amparadas em ações pedagógicas de qualidade, articuladas com projetos que respeitem os alunos e suas diferenças.

.

Uma escola que tenha como principal objetivo, proporcionar um espaço democrático onde todos possam construir seus conhecimentos, expressar suas ideias e se desenvolver de forma que não haja nenhum tipo de discriminação ou entrave que seja um obstáculo na atuação do discente dentro do ambiente escolar.

As unidades de ensino da rede, na sua maioria, já adotaram mesmo que timidamente ações no sentido de implantarem mudanças na sua organização pedagógica de modo a valorizar e reconhecer as diferenças presentes nos discentes, fomentando o cuidado contínuo de não discriminar os educandos e nem segregá-los diante de suas especificidades.

Diante deste panorama, foi fácil constatar o quanto o diálogo e a articulação entre o professor de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e os professores da sala regular é importantíssimo para o desenvolvimento cognitivo e acadêmico do discente no contexto escolar. Mesmo com necessidades educacionais específicas, há de se perceber que alunos com este perfil possuem potencialidades que podem ser estimuladas cotidianamente.

Sabe-se que a escola que se deseja, é uma escola inclusiva em sua essência, onde o desafio de se acolher todos os alunos independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, cognitivas e sociais sejam constantes.

Porém ainda observam-se poucos dispositivos metodológicos e instrumentais para o atendimento efetivo de alunos com deficiência. Nem todas as unidades de ensino contam com salas de recursos efetivamente equipadas de forma que possa oferecer uma assistência direcionada a todos os tipos de alunos com deficiência que possam ingressar nas unidades de ensino.

Diante do exposto, nota-se por parte das lideranças educacionais atuantes na rede de ensino, o reconhecimento de que práticas inovadoras exigem mudanças de atitudes e amparo das políticas públicas, e requer também e principalmente, o aperfeiçoamento profissional dos agentes educacionais, atualizando sua formação e consequentemente suas práticas pedagógicas.

Através deste pensamento, têm-se noção que o professor precisa de apoio na sua formação referente ao atendimento destes discentes, e disposição de materiais específicos que possam auxiliar este profissional no trabalho com estes estudantes. Fatores estes, que certamente resultarão em um novo posicionamento no seu modo de trabalhar e de conceber este aluno no cotidiano escolar.

Durante o período da pesquisa, não foram observados eventos ou encontros que fornecessem subsídios metodológicos voltados à educação especial. As atuações relacionadas ao atendimento de alunos com deficiências, foram pautadas através de cursos de formação buscados por iniciativa do próprio professor, e muitas das vezes os materiais concretos utilizados nos atendimentos, foram elaborados pelo próprio docente.

Desde 1988 a Constituição Federal já sinalizava para a implantação, no nosso país da educação inclusiva. Segundo o artigo 208, III de nossa Carta Magna prescreve que "o dever do Estado como educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado ao aluno com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", que por sua vez já sinalizava que no artigo 205, define a educação como um direito de todos.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96, no artigo 59, também recomenda aos sistemas de ensino o dever de assegurar aos alunos, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.

Embora haja avanços na postura das escolas em relação ao processo de inclusão, ainda se percebe na prática educativa, atitudes e ações que são verdadeiros entraves a essa perspectiva inclusiva, perspectiva esta que não colaboram na promoção de liberdade possibilidades na aprendizagem dos alunos com deficiência.

Sendo a prática pedagógica uma das maiores barreiras enfrentadas, é importante lutar pela possibilidade de se garantir uma aprendizagem de qualidade dos alunos com deficiência, contrapondo-se a um ambiente acadêmico que prega a inclusão, mas que por hora, por falta de condições e de uma metodologia adequada torna-se excludente.

Diante disso, vale recorrer à lapidar assertiva de Souza Santos (2002, p. 75) que diz: "Temos direito à igualdade sempre que a diferença nos inferioriza. Temos direito à diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza". Com isto, torna-se importante reforçar a importância da formação de professores para o atendimento educacional especializado, que tenha como foco principal descontruir conceitos errôneos a respeito das pessoas com deficiência, conduzindo-nos a um novo olhar sobre o ato de ensinar.

Mesmo havendo alguns avanços na área e o interesse por parte das equipes pedagógicas ainda existem outros empecilhos, como por exemplo, a falta de espaços para suprir a demanda por profissionais especializados em AEE. Observam-se alguns materiais, porém ainda existe essa necessidade de espaços e de pessoas especializadas para atenderem.

As salas de AEE são poucas, não estando presentes em todas as unidades de ensino, onde em muitos casos os alunos são obrigados a se deslocarem de suas unidades de ensino para outra escola mais próxima afim de receber este atendimento.

5.3 Tecnologia na Educação

Atualmente, as tecnologias utilizadas em educação, promovem o acesso ilimitado aos recursos tecnológicos, trazendo obviamente um convite à responsabilização e bom senso das informações disponíveis, a facilidade na obtenção de dados, a interlocução dos sujeitos, a troca de experiências vividas, a busca pela educação diferente.

> "A tecnologia está a serviço da formação do individuo, que é na realidade um sujeito histórico, cultural e faz parte de uma realidade que não pode ser negada, mas defendida e absorvida pela escola. Por isso é que ratificamos o sentido social do ensino e da aplicabilidade do aparato tecnológico." **(OLIVEIRA,** 2018 p.47)

E estes recursos tecnológicos, providos de tantas informações, torna possível conhecer a diversidade cultural, novas descobertas da ciência que torna a aprendizagem muito mais significativa.

As tecnologias fomentam o diálogo entre os atores para a interação com saberes que circulam no ambiente escolar e em suas práticas pedagógicas docentes. Isto resulta na expressão e compartilhamento de experiências ativas dando destaque as realidades individuais e coletivas que poderão estar sendo mediadas entre seus pares, na busca de se resolver ou minimizar os problemas existentes.

> A maioria das tecnologias é utilizada como auxiliar no processo educativo. Não são nem o objeto, nem a sua substância, nem a sua finalidade. Eles estão presentes em todos os momentos do processo pedagógico, desde o planejamento das disciplinas, a elaboração da proposta curricular até a certificação dos alunos que concluíram um curso. A presença de uma determinada tecnologia pode induzir profundas mudanças na maneira de organizar o ensino. (**KENSKI**, 2012, p.44).

Com este movimento, as tecnologias rompem com o senso comum e com o ensino desarticulado, combate à falta do debate entre os sujeitos, resultando em um trabalho globalizado e em constante construção, facilitando o acesso à conversação entre os envolvidos no processo educacional.

Esta dinâmica mais avançada só trará benefícios, pois ela mesma através de seus usuários expõe ideias, questiona, busca respostas e soluções que poderão sanar determinados entraves, que antes representariam o motivo da morosidade na solução de eventuais problemas.

De acordo com Kenski:

> Na era da informação, comportamentos, práticas, informações e saberes se alteram com extrema velocidade. Um saber ampliado e mutante caracteriza o estágio do conhecimento na atualidade. Essas alterações refletem-se sobre as tradicionais formas de ensinar e aprender possibilitadas pela atualidade tecnológica. Abrir-se para novas educações, resultantes de mudanças estruturais de ensinar e aprender possibilitadas pela atualidade tecnológica é o desafio a ser assumido por toda sociedade. (**KENSKI**, 2012, p.41)

As tecnologias na atualidade abrem caminhos para a integração, articulação, diálogo e a multiplicidade das formas de existência, isto é, norteiam a construção do novo, devido a avanços provenientes do ambiente tecnológico, as comunicações se traduzem em mudanças irreversíveis nos comportamentos pessoais e sociais; as novas tecnologias deram um novo significado da aprendizagem em todas as suas dimensões.

E a proposta de utilização de uma ferramenta tecnológica que promova a interação entre os profissionais que atendem os alunos com necessidades especiais do município de Japeri, certamente irá propiciar a aproximação entre os seus pares, promovendo a troca de experiências das atuações de sucesso, oferecendo aos docentes opções de ações concretas relacionadas ao atendimento efetivo deste alunado.

As tecnologia é, inegavelmente, uma ferramenta que oferece mais rapidez na troca de informações, e na esfera educacional, fornece uma interação mais imediata entre grupos, tem o poder de flexibilizar contatos e aproximar seus agentes, resultando em articulações mais dinâmicas e instantâneas resultando em atuações pedagógicas e metodológicas mais objetivas e eficazes.

5.3.1 Rede Profissional Colaborativa: Uma proposta educacional facilitadora.

Em um mundo cada vez mais digital e online é de suma importância o uso das tecnologias a favor da educação e do seu do enriquecimento acadêmico nas mais variadas esferas. E na seara inclusiva, o acesso à tecnologias via redes sociais podem colaborar significativamente no desenvolvimento profissional dos docentes.

> "Uma das fundamentais características na definição das redes é a sua abertura, possibilitando relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes. Redes não são, portanto, apenas uma outra forma de estrutura, mas quase uma não estrutura, no sentido de que parte de sua força está na habilidade de se fazer e desfazer rapidamente".
> (https://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_social)

Portanto, é importante inserir as tecnologias no cotidiano do professor, resultando em um profissional cada vez mais atualizado e que possa ter a sua disposição recursos tecnológicos que promovam o diálogo, a interação entre seus pares e a troca de experiências bem sucedidas afim de democratizar as vivências de sucesso que possam estar dinamizando o ensino e a aplicabilidade de ações inclusivas dentro das salas de aula.

Com este panorama, à medida em que a sociedade educacional evolui, fundamenta-se o uso dos recursos digitais em rede como ferramenta colaborativa que contribui com a integração entres os agentes educacionais, proporcionando novos paradigmas híbridos a favor do compartilhamento de saberes e de ações educacionais mais participativas.

> " O que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente... "Por isso a educação formal é cada vez mais blended, misturada, híbrida, porque não acontece só no espaço físico da sala de aula, mas nos múltiplos espaços do cotidiano, que incluem os digitais". (MORAN, 2015, p. 16)

De certo que o uso de redes colaborativas na educação "pode realizar mudanças incrementais, aos poucos ou, quando possível, mudanças mais profundas, que quebrem

os modelos estabelecidos". (MORAN, 2015, p.16). As tecnologias digitais em rede condicionam e dá forma ao nosso tempo através da articulação e inovação e compartilhamento de saberes.

Kenski (2012, p.43), contribui descrevendo que assim como na guerra, a tecnologia é essencial para educação. Ou melhor, educação e tecnologia são indissociáveis. Deste modo educação em rede colaborativa não é um serviço tecnológico é um direito constitucional.

Frente ao exposto abordado nessa pesquisa entende-se que ter acesso aos recursos digitais favorece e contribui na ampliação do conhecimento. Necessita-se de ferramentas digitais que fomente a propagação de ações pedagógicas de sucesso que possam promover a inclusão de forma efetiva na sala de aula.

É relevante que o professor seja o profissional que esteja se atualizando constantemente conhecimentos com êxitos possam ser disponibilizados e reproduzidos por ele em seu ambiente profissional.

> O professor é um profissional que deve constantemente aprender a aprender e refletir criticamente sobre sua prática. Assim, o desenvolvimento profissional deve, entre outros, ser o fruto da reflexão da ação, da capacidade de explicitar os valores das escolhas pedagógicas, do enriquecimento de ações coletivas, da consciência das múltiplas dimensões sociais e culturais que se cruzam na pratica educativa escolar de modo a tornar os docentes cada vez mais aptos a conduzir um ensino adaptado às necessidades e interesses de cada aluno e a contribuir para a melhoria das instituições educativas. (BAIRRAL, 2012. p.19).

As socializações das redes colaborativas promovem continuamente a construção de um diálogo instrutivo didático-pedagógico, que em tempos de modalidade ambígua a cibercultura presente neste diálogo, acessada via smartphone, tablets ou outras tecnologias permitem a conexão entre os profissionais.

Uma rede profissional colaborativa, como ferramenta síncrona, estabelece a comunicação em grupo promovendo aprendizagem ativa entre os participantes, facilitando a interação da comunidade educacional e ao mesmo tempo tornando o processo mais democrático e dinâmico.

> [...] nesse processo de inovação de modelo de sociedade, a educação, como instituição que produz e reproduz a cultura, não poderá ficar à margem. Ainda que não goste da tecnologia, não há como negá-la, até porque sua função social primeira é garantir espaço para inovações que permitam aprendizagem de qualidade. (ALVES, 2007.p.167)

Percebe-se cotidianamente como a sociedade tem se tornado cada vez mais digital, essa transformação social é uma realidade inegável. Estamos vivendo em um mundo cada vez mais conectado e aberto, que abre novas oportunidades de interações e contatos sem limites.

Com base neste panorama, a escola, enquanto mecanismo que proporciona a formação ética, científica, social e tecnológica, não pode desassociar-se do mundo acadêmico que está inserida, logo, precisa atuar de forma dinâmica e fazer parte desta realidade digital que lhe confere, multiplicando, compartilhando e qualificando o conhecimento a todos os atores participantes da seara educativa.

Neste desenho, é importante destacar a importância dos profissionais da educação em ter a sua disposição, ferramentas digitais que proporcionem melhorias na sua metodologia de ensino através de uso das TDICs, afim que possam colaborar entre si e proporcionar melhoria nos diálogos entre seus pares, desenvolvendo competências e mais habilidades na sua práxis cotidiana junto aos alunos com deficiência.

Desta maneira, vincular a troca de experiências e ações pedagógicas às tecnologias, tem se tornado uma alternativa relevante para dinamizar as interações entre os docentes. Uma das vantagens de usar a rede neste processo, é que a mesma representará um apoio para enriquecer momentos pedagógicos, estimulando o acervo de ações práticas voltadas ao atendimento dos discentes.

Uma rede colaborativa tem o poder de oferecer uma multiplicidade de ferramentas de comunicação e trabalho, que tem a capacidade de fazer com que os atores que dela se utilizam, aprendam em meio à comunicação e interatividade, uma vez que a mesma ofereça condições de suporte para uma dinâmica pautada na colaboração, interação e socialização coletiva.

Assim, uma rede profissional colaborativa que possa estar colaborando com a movimentação de ideias e concepções inovadoras, promove a convivência e a transformação, tornando seus agentes aprendizes orgânicos por meio da interação com o outro (SOUZA,2009).

Desta forma, podemos confirmar a influência positiva das interações na rede, pois estas possuem de acordo dom Harasim (2005, p.50), várias características com o ensino presencial, dentre elas, “a apresentação de ideias, as discussões em classe, os debates e outras formas de construção de conhecimento através da interação e da troca”.

Nesta teia, observa-se que existe convivência e transformação de conhecimentos e de saberes no ambiente virtual durante as interações, já que os atores que dela participam passam a agir e interagir através dos conhecimentos adquiridos ou compartilhados, emergindo da rede por meio das suas participações contribuições, indagações; uma vez que é permitido às pessoas a conexão e reconexão o tempo todo.

Portanto, por meio destas mesmas interações de conhecimentos, as pessoas irão construir saberes para possibilitar melhores condições de ações pedagógicas em sala de aula, proporcionando em ações mais ativas e colaborativas. As redes colaborativas possibilitam a promoção de troca de ideias e concepções de ampla abrangência, tendo assim uma área de alcance de grande amplitude.

Uma rede colaborativa aumenta a comunicação e a relação entre seus pares, podendo envolver projetos de aprendizagem em grupo, articulação de saberes, promovendo discussões e debates, momento em que “os ambientes de aprendizagem, presenciais ou a distância, mediados pela oralidade, pela escrita, pelo debate e pela cooperação, permitem a criação de significados e sentidos” (SOUZA, 2009, p. 18).

Sendo assim, podemos perceber o quanto as tecnologias podem representar um importante aliado na disseminação de ações pedagógicas bem sucedidas que possam

estar sendo disponibilizadas aos docentes de forma a proporcionar aos mesmos, opções de ações efetivas de ensino que promovam a inclusão e melhores condições de aprendizagens para o aluno com deficiência.

6. METODOLOGIA

Ao iniciar um processo de pesquisa, torna-se fundamental responder os meios investigativos utilizados e descrever metodologias da pesquisa, que fundamentarão as análises dos materiais colhidos nos métodos . As composições das etapas metodológicas nessa pesquisa foram: bibliográfica, documental e de campo.

> A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográficae/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas (**FONSECA**, 2002. p. 32).

Para tanto utilizou-se nesta pesquisa as seguintes classificações metodológicas: bibliográfica e documental contendo interfaces de diversas naturezas registradas na pesquisa de campo direcionada aos professores da Rede Municipal de Japeri e de colaboradores que se enquadrem no perfil de professores docentes do ensino fundamental.

Nas investigações bibliográficas foram utilizadas de acervos acadêmicos, alicerçando a pesquisa no que tange à fundamentação teórica, respaldada através das comprovações relatadas por dados estatísticos e/ou artigos devidamente publicados que corroborem e respaldem os pensamentos e afirmativas registradas na dissertação.

Partindo deste raciocínio, temos a primeira etapa da pesquisa a realização de leituras e fichamentos de livros e artigos que corroborem com a proposta geral da dissertação, elencando todo o material colhido, filtrando os de maior pertinência.

Na segunda etapa da pesquisa bibliográfica, realizou-se a seleção de autores que serão destacados durante todo o desenvolvimento do trabalho e os seus respectivos pensamentos e contribuições que possam enriquecer o alicerce e a proposição da pesquisa.

A pesquisa documental refere-se ao acervo legislativo e analítico que normatizam a lei da Lei Brasileira de Inclusão, com o nome de “Estatuto da Pessoa com Deficiência” (PL3638/2000), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDEN), dados do Censo Escolar da Educação Básica que são divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), e na Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Com isso, a fundamentação teórica da pesquisa irá corroborar a proposta da pesquisa e colaborará no processo de melhorias e mudanças de hábitos e paradigmas relacionados à cultura digital no sentido do compartilhamento dos saberes e da contextualização tecnológica no contexto educacional.

Até porque, segundo Kenski (2012, p. 48), o uso de recursos das tecnologias digitais instala um novo momento no processo educativo.

Na pesquisa de campo utilizou-se a metodologia científica, para que seja possível a coleta da extração de dados que estejam ligados diretamente ao objeto de estudo através dos sujeitos participantes da pesquisa.

Todavia, dado o caráter antropológico da pesquisa, foi indispensável a sensibilização efetiva do grupo de interesse para que a participação fosse razoável, afim de se obter uma amostragem significativa, respeitando-se a visão desses profissionais sobre o tema abordado.

Indiscutivelmente a pesquisa envolveu uma saída a campo que estabeleceu a utilização da técnica do questionário, que subsidiou o registro de parâmetros qualitativos que colaborou na produção desse trabalho que consequentemente corroborou com o embasamento substancial da proposta inicial deste estudo.

Pretende-se com esse estudo obter elementos que embasem a proposta da utilização de uma ferramenta tecnológica para o compartilhamento de saberes destinados ao atendimento de alunos com necessidades especiais para a construção de uma educação inclusiva com maior qualidade e abrangência.

6.1 Desenvolvimento da Pesquisa

A pesquisa será iniciada através de uma revisão bibliográfica da literatura, artigos e documentos que possam corroborar com a proposta, cujo objetivo principal será a coleta de dados na própria bibliografia que exponha o panorama da Educação Inclusiva desde os seus primórdios históricos e todo o seu desenvolvimento até os dias atuais.

Com isto, o leitor terá uma breve visão de todo o contexto histórico relacionado ao indivíduo com deficiência, o tratamento da sociedade em relação a estas pessoas, e quais os avanços já alcançados e os que ainda estão para serem conquistados na esfera social e educacional.

No desenvolvimento da pesquisa será utilizada a abordagem qualitativa, que envolve o uso do questionário, para a compreensão de todo o panorama e fenômenos presentes na realidade do público-alvo ao qual se destina, procurando ter um melhor entendimento do contexto social profissional, com a inserção do pesquisador no meio, a fim de fomentar por meio de cooperação uma melhoria na estruturação das propostas metodológicas de ações voltadas ao atendimento de alunos com deficiência.

O questionário será distribuído para todas as escolas da rede municipal, onde os professores poderão preenchê-lo e sinalizarem suas principais dificuldades em relação ao atendimento de alunos com necessidades educacionais específicas.

Portanto, selecionou-se a técnica qualitativa através do questionário que é um recurso metodológico aplicado para coletar os dados necessários para construção do estudo, por meio de demonstração percentual visando constatar a situação (ou problema) abordada na pesquisa.

> O levantamento de dados para pesquisas quantitativas por meio de questionários requer cuidado especial. Deve-se considerar que não basta apenas coletar respostas sobre questões de interesse, mas sim saber como analisá-las estatisticamente para validação dos resultados. O assessoramento estatístico numa pesquisa qualitativa auxilia o pesquisador que desconhece requisitos básicos a serem obedecidos em pesquisas de campo. (**MANZATO E SANTOS**, 2012, p.01).

Serão recolhidas também através de fotos, imagens ou vídeos (caso seja possível) de atividades metodológicas práticas que foram realizadas com sucesso nas ações docentes voltadas aos alunos com deficiência. Atividades estas, que poderão ser divulgadas em uma plataforma digital proposta pela pesquisa e que posteriormente poderão ser visualizadas e reproduzidas em outras unidades de ensino.

A utilização dos recursos digitais como metodologia de investigação agiu de forma construtiva, colaborando positivamente para o enriquecimento do estudo, pois aumentou o grau de abrangência e facilitou a compilação dos dados coletados.

O processo de chamamento para a participação nesta fase da pesquisa se deu através da Secretaria Municipal de Educação do Município de Japeri em parceria com toda a equipe gestora que encaminhou o questionário para todo o corpo docente de suas respectivas unidades de ensino.

A análise metodológica qualitativa proporcionou as seguintes fases da pesquisa:

a) Pesquisa preliminar, realizada nas viagens de trem, especificamente no “vagão dos professores”, onde as dificuldades mais sinalizadas por eles, que servirão de base para a formulação do questionário.

b) Análise dos questionários estruturados garantindo a homogeneidade dos entrevistados, respeitando os resultados descritos na pesquisa, colaborou significativamente para o enriquecimento do trabalho;

c) A coleta de dados do questionário aplicado, respondeu sobre a importância de uma plataforma virtual onde fossem compartilhados materiais voltados ao atendimento de alunos com deficiência na rede. O que evidenciou o interesse da maioria dos entrevistados em ter acesso a uma ferramenta que proporcionasse a troca de experiências e o compartilhamento de ações pedagógicas de sucesso junto a essa parcela discente presentes nas unidades de ensino;

d) A coleta de fotos e imagens de ações já produzidas que pudessem ser utilizadas como exemplos, atividades estas que poderiam estar disponíveis em uma plataforma virtual

para ser compartilhadas e reproduzidas em outras escolas que porventura tivessem em seu corpo discente alunos com deficiências semelhantes.

6.2 Questionário

Conforme Ribeiro (2008) o instrumento que o pesquisador utilizará para atingir resultados ideais será estipulado por ele mesmo. Portanto, selecionou-se a técnica quantitativa através do questionário que demonstrou ser o recurso metodológico mais viável neste momento de pandemia.

Esta ferramenta tecnológica facilitou a maior captação de respostas e contribuiu positivamente na coleta dos dados necessários para construção do estudo, por meio de demonstração percentual visando constatar qualitativamente a situação ou problema abordado na pesquisa.

Elaborou-se a estruturação do questionário utilizando a ferramenta tecnológica GoogleForms apresentando 10 perguntas objetivas e fechadas, afim de facilitar a obtenção dos dados necessários para se desenhar o panorama da pesquisa e facilitar a participação do entrevistado; uma vez que devido a demanda profissional a qual os mesmos estão inseridos, um questionário objetivo estimulou o interesse e a participação deste público de interesse.

O cenário investigado apresentou dados presentes na realidade cotidiana da atuação docente da rede municipal de ensino. Realidade esta, que reafirma o interesse dos profissionais em ter acesso a uma plataforma tecnológica municipal que oferecesse a oportunidade de compartilhamento e consulta de atividades práticas de sucesso voltadas aos alunos com deficiência.

O questionário proposto proporcionou respostas para atender-se aos objetivos dessa pesquisa. A seguir as perguntas feitas aos colaboradores da pesquisa:

1- Você tem acesso fácil ao uso da internet?

2- Quanto tempo você atua na educação?

3- Qual segmento do ensino fundamental você atua?

4- Você já teve uma formação efetiva no uso de tecnologias digitais para atuar em sala de aula?

5- Se a resposta for positiva, quais foram os tipos de formação?

6- Você tem, ou já teve acesso à algum acervo que abordasse práticas pedagógicas de uso tecnológico voltadas ao atendimento de alunos com deficiência?

7- Se sim, quais foram suas fontes de acesso?

8- Das ferramentas abaixo, qual seria a que atenderia melhor os professores da rede em relação a troca de experiências práticas no atendimento de alunos com deficiência?
( ) Uma plataforma digital que disponibilizasse atividades práticas;
( ) Vídeo aulas;
( ) E-books
( ) Vídeo conferências

9- Das alternativas abaixo, o que mais dificulta o seu trabalho voltando ao atendimento de alunos com deficiência?
( ) Falta de materiais específicos que atenda cada tipo de deficiência.
( ) Falta de espaço físico na escola adaptado ao alunos com deficiência.
( ) Falta de formação dos professores para atuar com alunos com deficiência.
( ) Falta de acompanhamento médico dos alunos com deficiência.

10- Você gostaria de ter acesso a uma ferramenta tecnológica onde atividades práticas realizadas com alunos com deficiência pudessem ser compartilhadas?

Recebeu-se a devolutiva de 127 questionários, distribuídos e aplicados no período de 01 de novembro de 2020 a 30 de novembro de 2020, o público alvo participante dessa

etapa são os profissionais do magistério que atuam da educação infantil ao 9o ano de escolaridade da rede municipal de ensino de Japeri.

6.3 Lócus da pesquisa

Realizou-se no Município de Japeri, localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, na baixada fluminense, com uma população estimada em 2020 pelo IBGE de 105 548 habitantes.

Hoje ocupa uma área de 82.954 Km² limitada pelos municípios de Paracambi, Seropédica, Queimados, Miguel Pereira e Nova Iguaçu.

Banhado pelos rios Guandu, Santana, Rio dos Poços, Rio d'Ouro, Santo Antônio, Ribeirão das Lages e São Pedro, é cortado pela RJ-125, chamada "Rodovia Ary Schiavo" a partir de 9 de fevereiro de 1993, segundo a Lei 2 069, pelo Ramal Japeri da Supervia e também pelo Arco Metropolitano.

Para o sucesso desta pesquisa acadêmica, foi fundamental a participação dos profissionais do magistério da rede municipal de ensino e de professores colaboradores com o propósito de contribuir através da participação no preenchimento do questionário e do compartilhamento de ações práticas de sucesso voltadas ao atendimento de alunos com deficiência.



a

FIGURA 2: Fonte: Geografia Urbana UFRRJ: O Município de Japeri
geografiaurbanaufrrj.blogspot.com

O município conta com uma rede de 32 unidades escolares que atendem toda a rede de ensino, onde são atendidos alunos do primeiro e segundo segmento do ensino fundamental:

ESCOLAS MUNICIPAIS

E.M Amaralina	Estreito de Bhering, Lt.18 Qd. 01 – Beira Rio Japeri – CEP: 2670-2121 Email: emamaralina@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Ary Schiavo	Praça Manoel Marques, 53 – Centro – Japeri / CEP: 2670-3108 Email: emaryshiavo@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Carlos Alberto Pereira	Estrada do André s/nº - Morro do Cruzeiro/Japeri Email:emcarlosalberto@semecjaperi.rj.gov.br
E.M.E.I. Creche Janderson Alves Correa	Rua Moacir Ferreira nº64 – São Sebastião/ Japeri. Email:emcrechejanderson@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Darcilio Aires Raunhetti	Rua Maria Carlos Junior, 38 – Nova Belém – Japeri – CEP: 2670-3186 Email: emdarcilioayres@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Dom Adriano Hipólito de Oliveira	Rua Salvador de Sá, Lt 14 – Qd B – Vila Planetária/Japeri = CEP: 260-6145 Email: emdomadriano@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Pastor Idalécio Ferreira	Rua brasil, s/n – São Jorge/ Japeri CEP: 2670-3056 Email: emidalecio@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Aristides Arruda	Rua Emídio Lemos, s/n – Nova Belém/Japeri CEP: 2670-3006 Email: emparistidesarruda@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Frei Maurício Viann	Rua B s/n – Chacrinha – Japeri CEP: 2670-5173 Email: emfreimauricio@semecjaperi.rj.gov.br
E.M.E.I. Manoel Júlio Amorim	Rua Dona Amélia, s/n – Santa Amélia – Engenheiro Pedreira – Japeri CEP: 2664-7201 Email: emmanoeljulio@semecjaperi.rj.gov.br

E.M. Antonio Groppo	Rua Apucarana,31 – Engenheiro Pedreira – Japeri CEP: 3691-2973 Email: emantoniogroppo@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Bernardino de Melo	Estrada Santo Antônio, 02 – Engenheiro Pedreira – Japeri CEP: 3691-3203 Email: embernardinodemelo@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Duque de Caxias	Estrada Santo Antônio, s/n – Engenheiro Pedreira – Japeri CEP: 3691-1118 Email: emduquecaxias@semecjaperi.rj.gov.br
E.M.E.I. São Jorge	Estrada dos Coqueiros, s/n – São Jorge – Engenheiro Pedreira – Japeri CEP: 3691-2494 Email: emsaojorge@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Jardim Belo Horizonte	Rua Valdemar Galdino, Lt 01 Qd58 – Jardim Belo Horizonte – Engenheiro Pedreira – Japeri CEP: 2664-7221 Email: embelohorizonte@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Governador Leonel de Moura Brizola	Rua Sanã, s/n – Parque Quandu – Engenheiro Pedreira – Japeri Email: emleonelbrizola@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Pastor Tasso de Andrade de Oliveira	Rua Piracaba, Lt16 – Jardim Delamare – Engenheiro Pedreira – Japeri CEP: 3691-2470 Email: emprtasso@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Pedra Lisa	Estrada da Pedra Lisa, s/n – Engenheiro Pedreira – Japeri CEP: 3691-2425 Email: empedralisa@semecjaperi.rj.gov,br
E.M. Professora Celia Sobreira	Rua Flack, s/n – Jardim William – Engenheiro Pedreira Email: emceliasobreira@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Professora Celita Rodrigues	Rua Marco Aurélio, s/n – Jardim marajoara – Engenheiro Pedreira CEP: 2663-5520 Email: emcelita@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Professora Etiene de Souza Oliveira	Estrada Vereador Francisco Costa Filho, s/n – São Jorge – Engenheiro Pedreira / Japeri CEP: 3691-2473 Email: emprofetiene@semecjaperi.rj.gov.br

E.M. Santa Inês	Rua Capianga, s/n – Santa Inês / Engenheiro Pedreira – Japeri CEP: 2664-5871 Email: emsantaines@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Santa Terezinha	Estrada Daniel, s/n – Engenheiro Pedreira – Japeri CEP: 3691-3456 Email: emsantaterezinha@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Santo Antonio	Rua Engenheiro Pedreira, 89 – Santo Antonio – Engenheiro Pedreira / Japeri CEP: 2665-1112 Email: emsantoantonio@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Santos Dumont	Rua Eduardo Rocha Filho,11 – Vila Central – Engenheiro Pedreira – Japeri CEP: 2664-6388 Email: emsantosdumont@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Tânia Mara da Silva Carnaval Basilo	Rua Dona Amélia, 01 – Santa Amélia – Engenheiro Pedreira – Japeri CEP: 2664-7207 Email: emtaniamara@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Teófilo Cunha	Rua Brazopolis, 10 – Teófilo Cunha – Engenheiro Pedreira – Japeri CEP: 2554-4141 Email: emteofilocunha@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Vereador Paulo Félix Saudade	Rua Três, s/n – Laranjal – Engenheiro Pedreira/ Japeri CEP: 36999-9242 Email: empaulofelix@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Vereador Dário Lins	Rua Ajuricaba, s/n – Cosme Damião – Engenheiro Pedreira / Japeri CEP: 2664-8844 Email: emdariolins@semecjaperi.rj.gov.br
E.M.E.I. Vila Conceição	Rua Crisólito, 11 – Vila Conceição – Engenheiro Pedreira / Japeri CEP: 2664-55110 Email: emvilaconceicao@semecjaperi.rj.gov.br
E.M.E.I. Antônio Jorge F. de Aruante	Rua Mário Antônio s/n – Alecrim – Engenheiro Pedreira/ Japeri Email: emajfaruante@semecjaperi.rj.gov.br
E.M. Rio D'Ouro	Rua João Mário, 15 – Bairro Rio D'Ouro – Engenheiro Pedreira – Japeri/ CEP: 3698-2527 Email: emriodouro@semecjaperi.rj.gov.br

6.4 Método

A pesquisa será iniciada através de uma revisão bibliográfica da literatura, artigos e documentos que possam corroborar com a proposta, cujo objetivo principal será a coleta de dados pautada na literatura que exponha de forma breve, porém objetiva, o panorama da Educação Inclusiva relacionada ao contexto histórico.

Com isto, o leitor terá uma breve visão de todo o percurso e desenvolvimento desta temática voltada ao indivíduo com deficiência, o tratamento da sociedade em relação a estas pessoas, e quais as conquistas já alcançadas e os avanços que ainda são importantes de serem alcançados na esfera social e educacional.

No desenvolvimento da pesquisa será utilizada a abordagem qualitativa, que envolve o uso de questionário, para a compreensão de todo o panorama e fenômenos presentes na realidade do público-alvo ao qual se destina.

Procurou-se ter um melhor entendimento do contexto social profissional, com a inserção do pesquisador no meio, a fim de fomentar por meio de cooperação uma melhoria na estruturação das propostas metodológicas de ações voltadas ao atendimento de alunos com deficiência.

O questionário será distribuído para todas as escolas da rede municipal, onde os professores poderão preenchê-lo e sinalizarem suas principais dificuldades em relação ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.

Desta maneira, ao selecionar a técnica qualitativa através do questionário que é um recurso metodológico aplicado para coletar os dados necessários para construção do estudo, pode-se observar por meio de demonstração percentual visando constatar a situação (ou problema) abordada na pesquisa.

A rede conta com 420 professores concursados, e o questionário enviado durante a pesquisa atingiu a marca de 127 devolutivas, o que nos remete ao alcance de aproximadamente ¼ do público-alvo de interesse.

Serão recolhidas também através de fotos, imagens ou vídeos (caso seja possível) de atividades metodológicas práticas que foram realizadas com sucesso nas ações docentes voltadas aos alunos com deficiência.

Atividades estas, que poderão ser divulgadas em uma plataforma digital proposta pela pesquisa e que posteriormente poderão ser visualizadas e reproduzidas em outras unidades de ensino.

6.5 Riscos

Segundo o Conselho Nacional de Saúde (Resolução 466/2012), diretrizes e normas para pesquisa com seres humanos indica “V – Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variadas”. Logo, esta pesquisa, se apresentará no preenchimento de um questionário que poderá tomar tempo do participante ao responder; que será minimizada com o desenvolvimento de um questionário objetivo com apenas 10 questões.

Poderá gerar discriminação ou estigmatização a partir do conteúdo exposto; porém a pesquisadora se dispõe a garantir todo o esforço para manter a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, assegurando a não utilização de dados que possam resultar em prejuízo as pessoas, comunidades e/ou unidades de ensino.

Desconforto do professor em trabalhar com ferramentas tecnológicas, será minimizado ao garantir-lhes a liberdade para não responder questões que lhe cause embaraço, ao compartilhar informações de experiências que por ventura possam vir de forma contrária à filosofia básica imposta pela instituição.

Poderá ser considerado riscos relacionados à divulgação de imagens, quando houver filmagens ou registros fotográficos. Para combater a estas questões o professor participante deverá exigir seus direitos previstos no código civil para mitigar a aquiescência que julgar infligidas.

6.6 Benefícios

A pesquisa trará alguns benefícios à comunidade educacional do município de Japeri, dentre eles podemos destacar a proposta de uma nova metodologia pautada em uma plataforma no dinamismo de informações e experiências, tendo como eixo norteador uma ferramenta tecnológica colaborativa;

Levará a equipe docente do município uma contribuição que colaborará para melhoria da sua práxis cotidiana em sala de aula voltada ao atendimento dos alunos com deficiência;

Resultará em uma maior aproximação da academia, pois os professores poderão expor tópicos que poderão ser implementados e/ou discutidos em novas pesquisas.

E a proposta de implantação de uma ferramenta tecnológica que poderá auxiliar a prática docente de forma permanente e sustentável.

A pesquisa realizada, preza pela continuidade e sustentabilidade da ferramenta proposta para disseminação e compartilhamento de saberes docentes voltados à esfera inclusiva, que a proposta defendida nestes estudos não fique estagnada após a conclusão dos trabalhos, que ela tenha prosseguimento e dinamismo, e que a plataforma possa ser implementada continuamente, contribuindo assim para a melhoria diária do ensino japeriense.

Uma ferramenta digital de fácil acesso e interação, irá colaborar de forma efetiva na troca de conhecimentos, e aproximará de forma significativa os profissionais de ensino da rede; facilita o diálogo e a troca de experiências. A tecnologia veio para eliminar obstáculos, diminuir distâncias fomentando a aproximação de pessoas de forma instantânea resultando em atualizações docentes mais dinâmicas e interativas.

7. RESULTADOS ESPERADOS

Ao término da pesquisa, pretende-se que o leitor tenha uma visão geral do conceito histórico da pessoa com deficiência, conhecer alguns tipos de tratamentos que foram dados a estas pessoas, um pouco sobre os avanços que foram surgindo no decorrer da evolução da sociedade.

Será observado que ainda há muito a se fazer, para que realmente possa ser garantido o acesso e permanência na escola de todos os alunos independentemente da sua condição física, intelectual ou emocional.

Através de breve análise documental, entender que este público, gradativamente passou a ter determinados direitos e que merecidamente têm o direito a um atendimento educacional específico, que garanta a igualdade de dignidade humana.

Serão destacadas também as principais dificuldades encontradas pelos docentes que atuam com alunos com deficiência no município de Japeri e que após comprovação colhida na pesquisa, espera-se que a utilização de uma ferramenta tecnológica possa ser vista como uma proposta de melhorar a práxis metodológica de atuação junto a estes alunos através de sua implementação efetiva.

> As tecnologias digitais podem apresentar um papel fundamental na inovação das funções dos docentes. “Mais do que nunca, como educadores, precisamos desenvolver, monitorar, transformar, inovar, substituir novos modelos mentais, arquétipos, hábitos, culturas, buscar o desconforto do produtivo, flexibilizar, aceitar, adaptar, e, ajudar a transformar”. (**FAVA,** 2014, p. 69).

Desta forma, poderemos concluir que a tecnologia está, inegavelmente, presente no cotidiano da sociedade, é um mecanismo que é, indiscutivelmente, uma opção viável para estreitar contatos, disseminar saberes e incentivar a construção de metodologias que possam viabilizar o atendimento dos alunos do Município de Japeri de forma dinâmica e colaborativa.

8. ANÁLISE DE RESULTADOS

Esta etapa da pesquisa consistiu em analisar os dados obtidos após o compartilhamento do questionário com professores da rede municipal do município de Japeri, sendo assim é o momento que Minayo caracteriza como “olhar atentamente para os dados da pesquisa” (MINAYO et al,2002 p.68; BARDIN,2011 apud SANTOS,2012).

Para efetuar de forma profunda, porém objetiva a reflexão sobre as respostas dos participantes, utilizou-se a técnica de dividir em categorias. Para Minayo, “significa agrupar elementos, ideias e expressões em torno de um conceito” capaz de abranger tudo que foi expresso no questionário (MINAYO, et al, 2002 p.70; BARDIN,2011 apud SANTOS,2012).

8.1 Perfil do participante

Como mencionado, foi utilizado um grupamento de perguntas que desenhou as características presentes no perfil dos respondentes. Dessa forma, o gráfico a seguir destaca a porcentagem do grupo pesquisado quanto às condições de acessibilidade digital para interação entre seus pares.

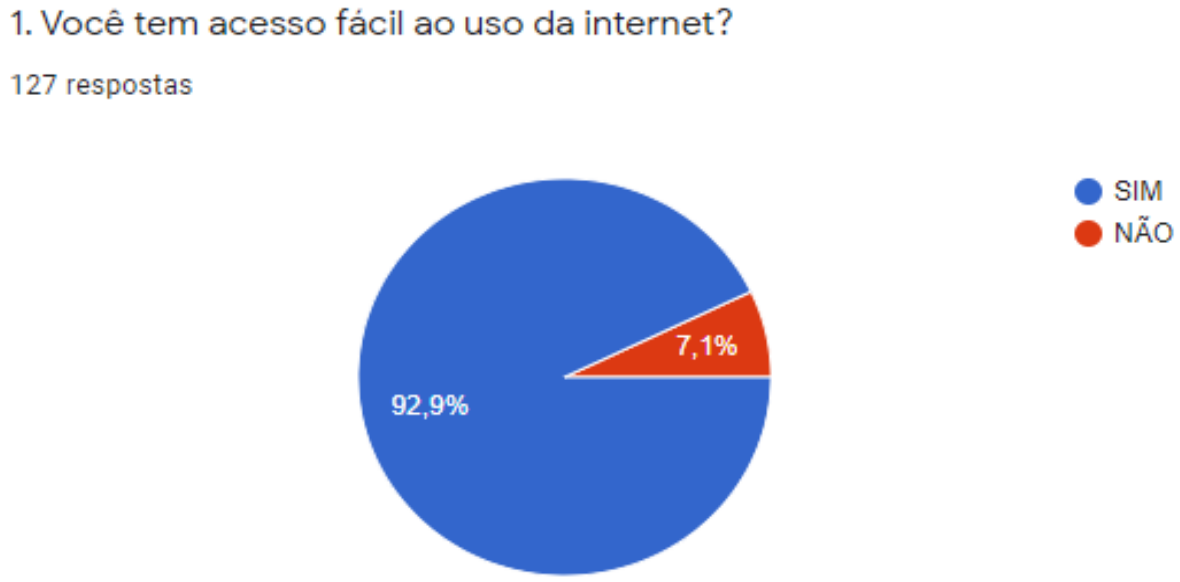


GRÁFICO 01: Perfil Docente dos respondentes: Acessibilidade Digital/ Fonte da própria autora 2020

Diante do exposto, o gráfico 01 mostra que 92,9% dos respondentes têm acesso fácil à internet, o que certamente promoverá o acesso e uso de uma ferramenta tecnológica para interação entre os profissionais. Interações essas que terão como base primordial a consulta e publicação de atividades de sucesso por docentes da rede que poderão ser executadas e/ou reproduzidas por outros professores nos seus respectivos ambientes de ensino.

A pergunta seguinte teve por objetivo delimitar quanto tempo o docente atua no magistério com a rede básica de ensino, pois "os saberes são construídos no processo histórico da formação do profissional" (TARDIF, 2002 apud TOZETTO, 2012, p.17).

Ou seja, é na prática da docência que o professor irá consolidar os conceitos epistemológicos aprendidos na sua formação acadêmica e desenvolver novas epistemes que permitam a reflexão sobre o seu fazer pedagógico.

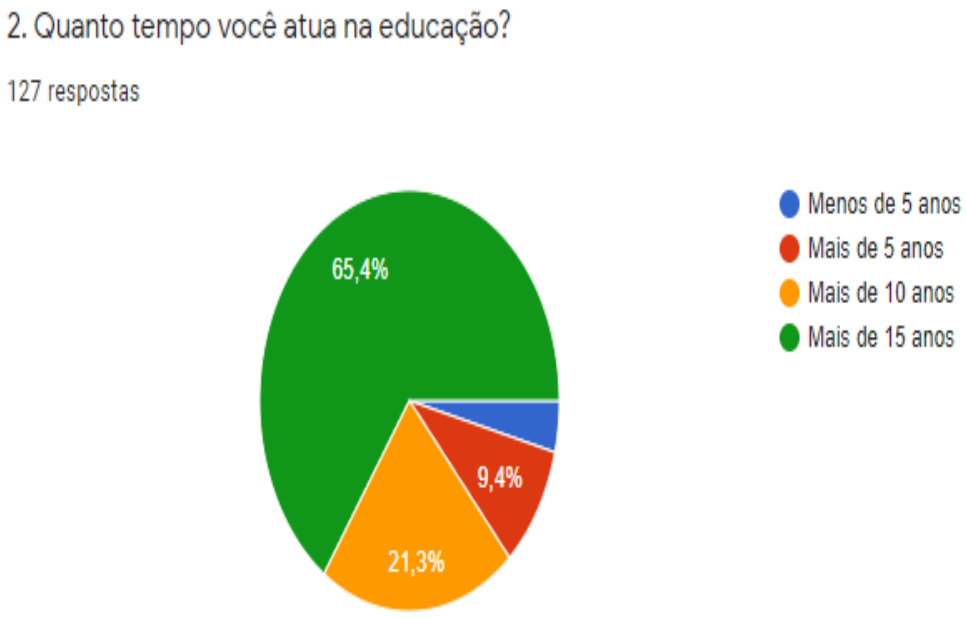


GRÁFICO 02: Perfil Docente dos respondentes: Tempo de atuação profissional/Fonte da própria autora/2020

Ao visualizar o gráfico 02, percebe-se que os profissionais da rede em 65,4% possuem mais de 15 anos na rede, e através de conversas direcionadas a esta temática, ouviu-se por parte dos mesmos, que no seu período de formação, pouco se falava em inclusão e

em metodologias ativas que pudessem estar atendendo de forma efetiva os alunos com deficiência, afirmativa esta, que pode ser corroborada por Lucia Reily, em seu artigo O ensino de artes visuais na escola no contexto da inclusão que diz:

> A partir do movimento de inclusão, começam a ocorrer possibilidades de convivência na heterogeneidade dentro da escola que abrem múltiplas oportunidades de aprendizado, não somente para os alunos, como também para os professores, que, via de regra, em se tratando dos especialistas de áreas curriculares específicas, não tiveram em sua formação pedagógica disciplinas que contemplassem conteúdos de educação especial. (**REILY**, 2010 pág.86)

A próxima pergunta, foi direcionada a identificar o quantitativo dos respondentes quanto ao segmento a qual trabalhavam. De acordo com o gráfico, a porcentagem foi de 44,9% de docentes atuantes no segundo segmento e 55,1% no primeiro segmento, o que colaborou ainda mais para se ter um panorama bastante equilibrado da pesquisa, onde foi possível abordar os dois segmentos do ensino fundamental da rede.

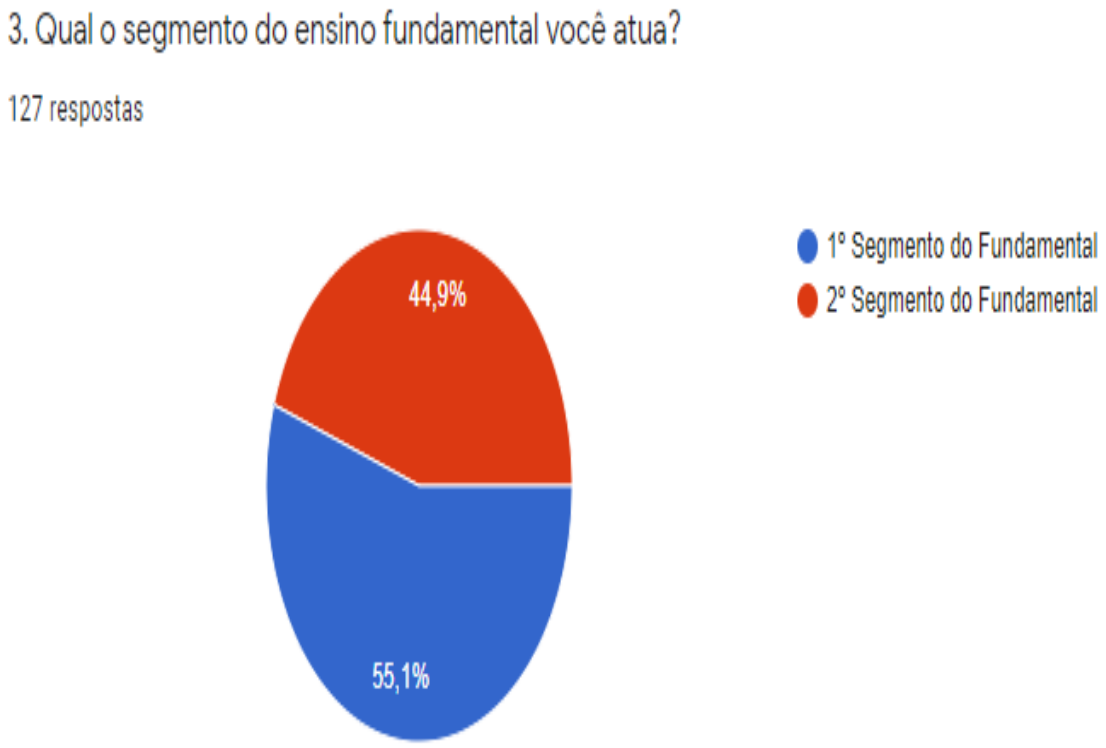


GRÁFICO 03: Perfil Docente dos respondentes: Segmento profissional/ Fonte da própria autora/2020

O gráfico 03 auxiliou a pesquisa ao demonstrar que a mesma atingiu em aproximadamente 50% em cada segmento educacional do município. O que colaborou de forma fundamental a avaliação das respostas que sejam o reflexo de tanto do fundamental 1 e 2. Esta visão mais global, contribuiu de forma significativa para um resultado mais genuíno dos entraves sinalizados pelos docentes da rede de ensino.

É interessante salientar que a troca entre os pares, na escola, é de grande relevância, pois por meio de uma reflexão crítica sobre as práticas de sala de aula, compartilhamento de experiências bem-sucedidas e trocas, os professores aprimoram o que realmente funciona e reformulam atividades, buscando maior eficiência e aproveitamento da aula.

Este resultado, é corroborado por Regid, Mascaro e Dutra, ao salientar que a visão inclusiva deve ser discutida por todos, uma vez que ela perpassa por todos os níveis educativos, e é responsabilidade de todos os agentes educacionais participarem e estarem intimamente envolvidos com estas questões.

> Essa é inclusive uma ação que precisa ser desenvolvida pelos professores do Ensino Fundamental II e Médio, não apenas pelos docentes da Educação Infantil e do primeiro segmento do Fundamental, visto que uma disciplina está interligada a outra e o trabalho colaborativo é primordial para a construção de metodologias inclusivas (REDIG; MASCARO;DUTRA, 2017)

8.2 Formação Docente

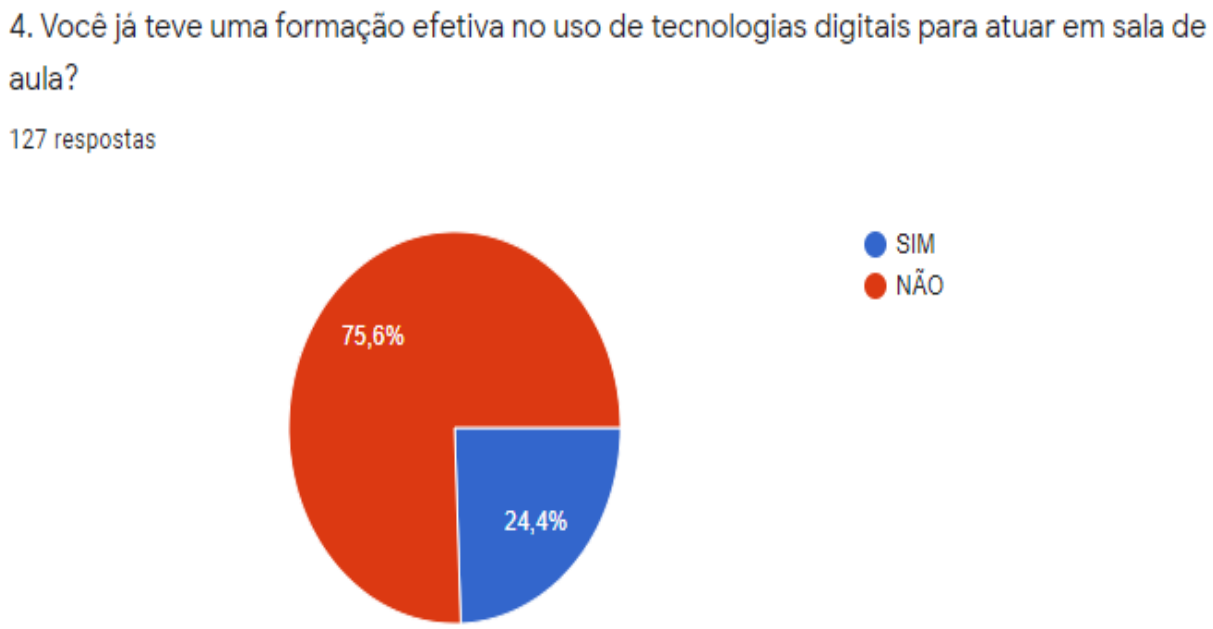


GRÁFICO 04: Formação Docente dos respondentes quanto ao uso de tecnologias: Fonte da própria autora/2020.

No gráfico 04 , verifica-se o quanto o uso de tecnologias digitais é algo novo na vida do profissional de educação, aqui se verifica que 75,6% não receberam uma formação efetiva no uso de tecnologias.

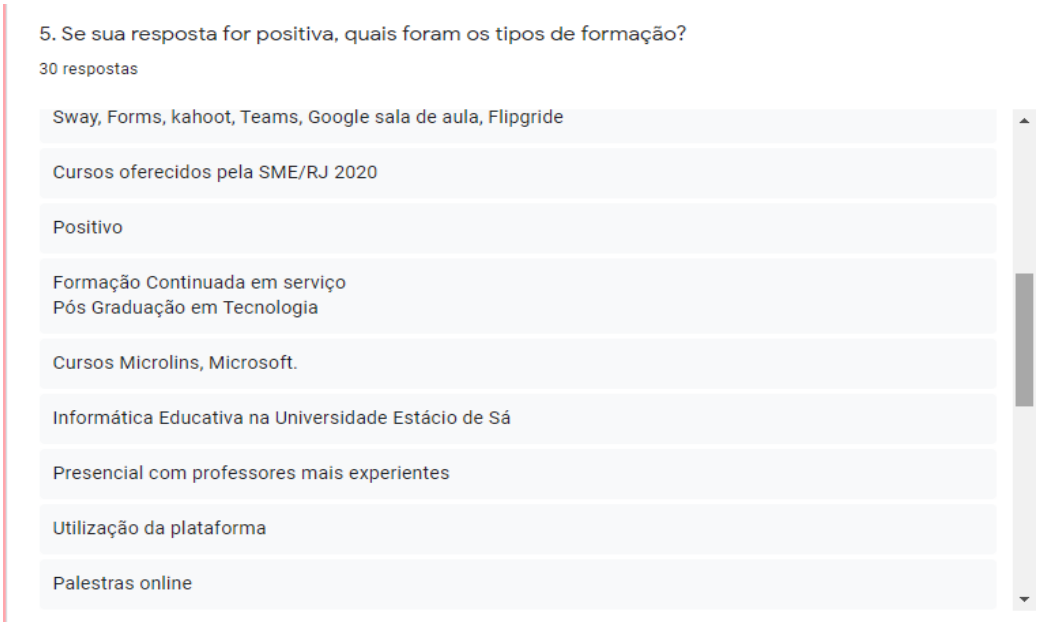
E neste período de pandemia, foi claro a constatação de como se tornou desafiador lidar com diversas ferramentas tecnológicas, que em muitos casos, nunca haviam sido utilizadas pelos professores.

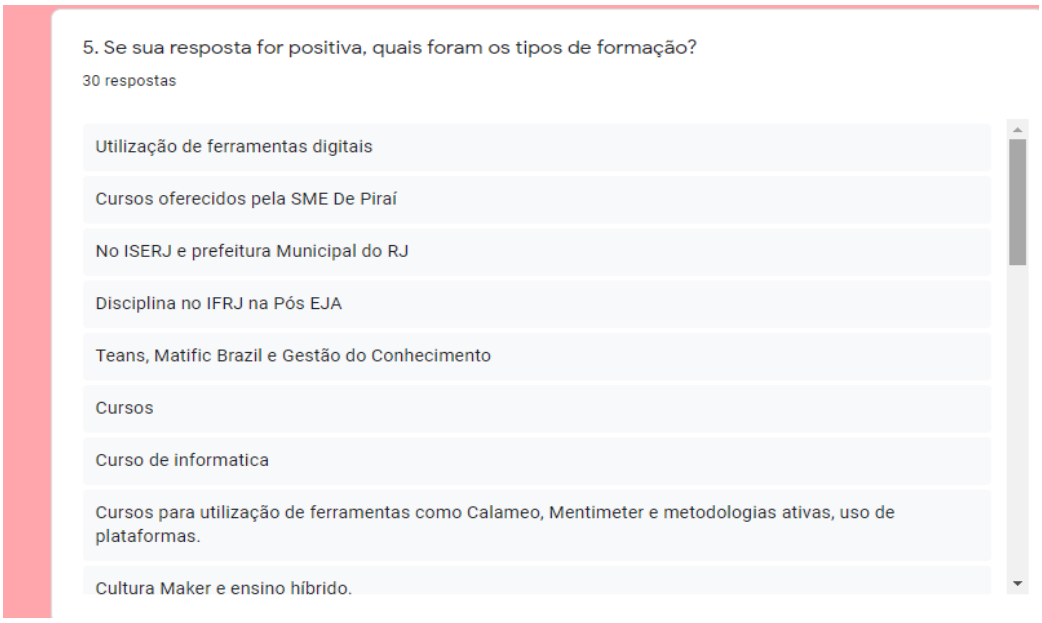
Adaptar-se a essa nova realidade, resultou em uma adequação imediata e emergencial dos profissionais para atender de forma rápida as novas demandas que surgiram, resultando em ações instantâneas e eficazes no atendimento educacional, a fim de preencher as lacunas dentro da seara educacional que o distanciamento social provocou na sociedade.

A questão destacada anteriormente é tão importante que também é citada na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), no Capítulo IV – Do direito à educação, que reforça a formação docente em seu Artigo 28, além de aspectos como o projeto

pedagógico, serviços e adaptações necessárias – enfim, medidas individualizadas e coletivas que maximizam o desenvolvimento acadêmico.

Em seguida, é importante destacar alguns cursos aos quais os docentes informaram, cursos estes, que os mesmos tiveram acesso e suporte na sua formação de uso tecnológico:





A pergunta seguinte, demonstrada no gráfico 05, se refere a investigação da porcentagem dos docentes que tiveram contato com materiais destinados à ações práticas ou conceituais que versassem com a temática da inclusão. Após a compilação de dados, obteve-se o seguinte panorama:

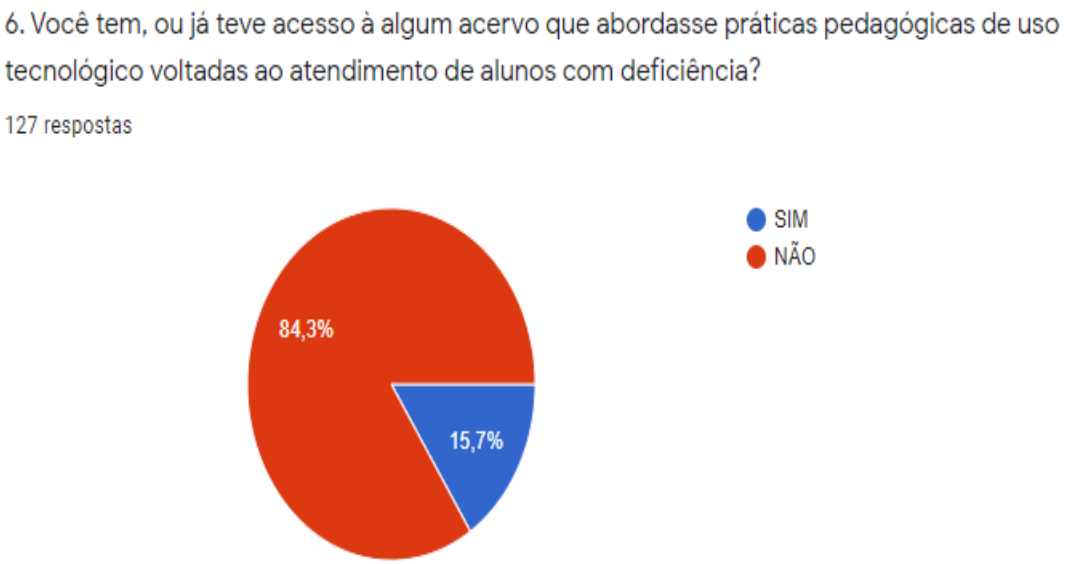


GRÁFICO 05: Formação Docente dos respondentes: Acesso a acervos de práticas pedagógicas/ Fonte da própria autora/2020

Verificou-se que 84,3% dos docentes não têm acesso a um acervo de práticas pedagógicas de uso tecnológico voltado ao atendimento de alunos com deficiência. Dessa maneira, nota-se a necessidade de proporcionar aos docentes um canal de informações e troca de saberes que os auxiliem na consulta e obtenção de sugestões de ações práticas que os auxiliem na sua práxis cotidiana em sala de aula.

Promover um canal que incentive a troca entre os agentes educacionais por meio de uma tecnologia digital, que estimule as interações interpessoais nos mais variados ambientes, é de grande importância, pois através destas inter-relações e colaborações de práticas bem sucedidas de sala de aula, os professores refinam o que realmente será relevante para sua realidade, podendo reformular suas ações e atingir mais eficiência e aproveitamento das suas aulas.

Seguem abaixo, os acervos destacados pelos docentes como fontes de acesso à práticas pedagógicas:

7. Se sim, quais foram suas fontes de acesso?

17 respostas

IHA

Links,

Curso de extensão

Sistema positivo

Seminários e cursos pela SME

Mesa educativa da positivo

Internet

Curso de Tecnologia Assistiva na Oficina Vivencial - Instituto Helena Antipoff RJ

Livros, cursos

7. Se sim, quais foram suas fontes de acesso?

17 respostas

Grupo no Whatsapp (livros de história em libras)

Eu gosto das publicações da Pletsch e Glat e outros (de cabeça não lembrooo)
Tenho livros (físicos), mas não sei se tenho salvos arquivos em PDF.

Internet

Livros e sites

Não lembro

Libras Básico URFJ 2020

Cursos...

Não

Mesa educativa da positivo

8.3 O docente em meio às tecnologias digitais

A pergunta subsequente, representada no gráfico 06, foi utilizada para questionar os participantes a escolherem um tipo de ferramenta tecnológica que melhor atenderia a sua práxis cotidiana, quanto a ter a sua disposição opções de atividades práticas voltadas á inclusão. Com base neste questionamento, foi obtido o seguinte resultado:



GRÁFICO 06: Ferramentas tecnológicas sinalizadas pelos docentes.

Aproximadamente 70% do público alvo destacou que uma plataforma interativa que disponibilizasse atividades práticas e troca de experiências atenderiam satisfatoriamente sua atuação profissional no que se refere ao atendimento de alunos com deficiência. Como é pontuado por Reily (2010,pág 88) “ O professor que não teve os conteúdos necessários para atuar com alunos com deficiência recorre à intuição e à consulta aos colegas...”

Diante disto, precisamos entender que a inclusão requer um trabalho articulado entre docentes da Educação Especial e aqueles que atuam no ensino comum. Só dessa forma os objetivos serão alcançados, ou seja, os alunos serão atendidos em suas necessidades e

os professores do ensino comum serão auxiliados na sua prática pedagógica; isso reforça que esses alunos são integrantes da escola e não apenas de um professor.

E um dos caminhos para solucionar esse dilema é a formação para a diversidade, que permite ao docente pensar de forma reflexiva e flexível as ações pedagógicas e as metodologias utilizadas na sala de aula. É como pontuam Redig, Mascaro e Dutra (2017) quanto à necessidade de encontrar maneiras diferenciadas para que qualquer barreira que permeie o aprendizado do aluno seja eliminada.

E assertivamente, temos as tecnologias digitais que representam um forte aliado na eliminação ou minimização das barreiras existentes na forma de ensinar e aprender no meio inclusivo. Resultando assim em uma proposta inovadora e um importante aliado nas ações educativas rumo á efetivas atuações que primem pela inclusão educacional.

8.4 Entraves na atuação docente no atendimento de alunos com deficiência no município de Japeri.

Observa-se que no gráfico 07, que a falta de uma formação profissional se apresentou com resultado de 52,8% atrelado à ausência de materiais específicos que atenda às necessidades dos alunos com deficiência, que ficou como segundo colocado na escolha de dificuldades encontradas pelos docentes perfazendo um total de 26,8%.

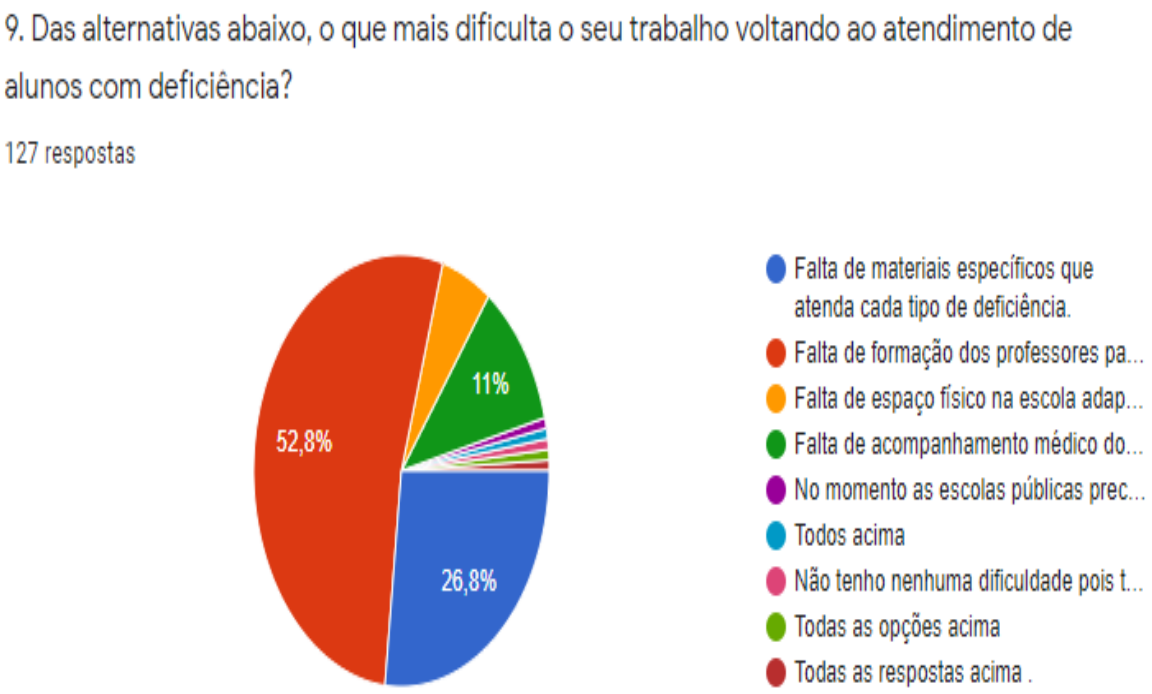


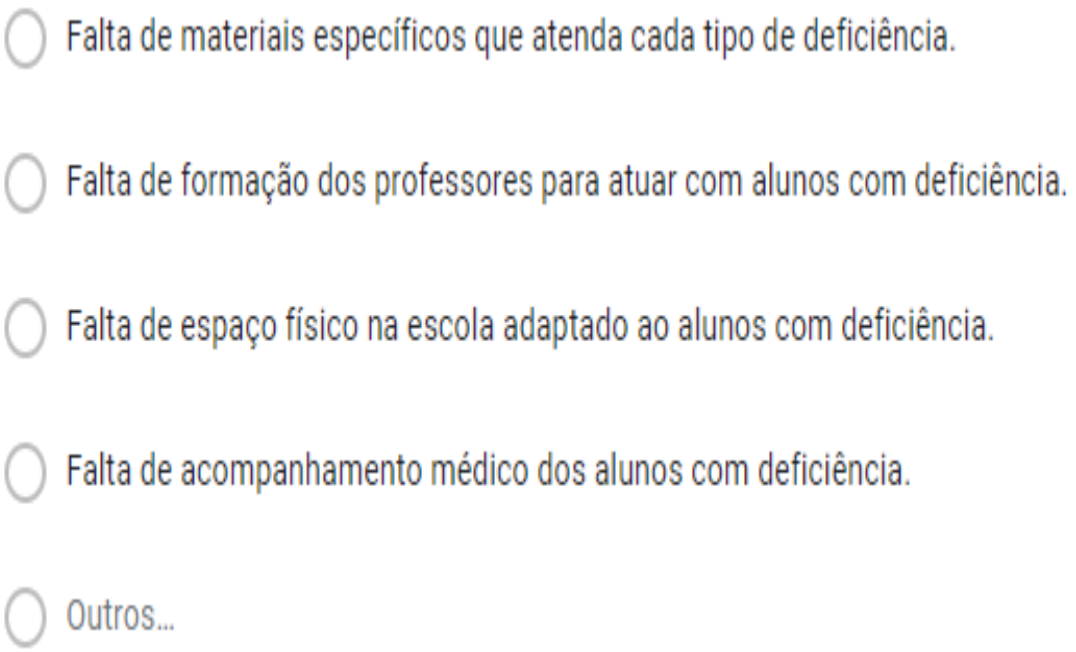
GRÁFICO 07: Dificuldades dos docentes no atendimento inclusivo. Fonte da própria autora

Isto nos mostra o quanto a educação de uma forma geral precisa se atualizar e investir em formação docente cada vez mais especializada a fim de resultar em melhores condições de ensino. Tudo isto atrelado a materiais direcionados à essas especificidades, que certamente auxiliarão o professor na abordagem de seus conteúdos.

Como destaca Fernandes e Andrade 2013, pág 02 que diz: “há a necessidade de se produzir material de apoio apropriado para esses alunos a fim de permitir a eles o acesso

ao currículo e uma educação democrática.” Pois desta maneira, com o apoio de materiais que atendam este público discente, teremos ações verdadeiramente inclusivas dentro do ambiente escolar.

Para melhor compreensão do gráfico acima, torna-se necessário a exposição do quadro de opções oferecidas para sinalização dos maiores entraves destacados pelos participantes:



8.5 Tecnologia na rede e em rede

E por fim, a última consulta ao público alcançado, através de uma pergunta direta e objetiva, (gráfico 08) questionando a relevância de se ter a disposição dos docentes do município uma plataforma digital onde fossem disponibilizadas atividades práticas de sucesso que oferecessem sugestões de ações pedagógicas que pudessem ser consultadas e/ou reproduzidas em seus ambientes de trabalho.

No fechamento do questionário, observou-se que 96,1% dos participantes sinalizaram a importância do município ter uma plataforma que proporcionasse a troca de experiências bem sucedidas voltadas ao alunos com deficiência.

> O grande desenvolvimento alcançado pelas ciências e tecnologias, gerou transformações em toda a sociedade, e na educação evidentemente. Uma das consequências deste avanço é mais conhecimento, fazendo com que a sociedade hoje seja caracterizada como a sociedade da informação. (ALARCÃO,2001, pág 47)

Desta forma, podemos visualizar de forma concreta, o interesse dos docentes abordados em ter a sua disposição este tipo de ferramenta que promova a interlocução entre seus pares, potencializando ações de aprendizagem colaborativa, onde todos os envolvidos possam aperfeiçoar suas ações metodológicas e consequentemente propiciar aos seus educandos um ambiente facilitador de aprendizagem.

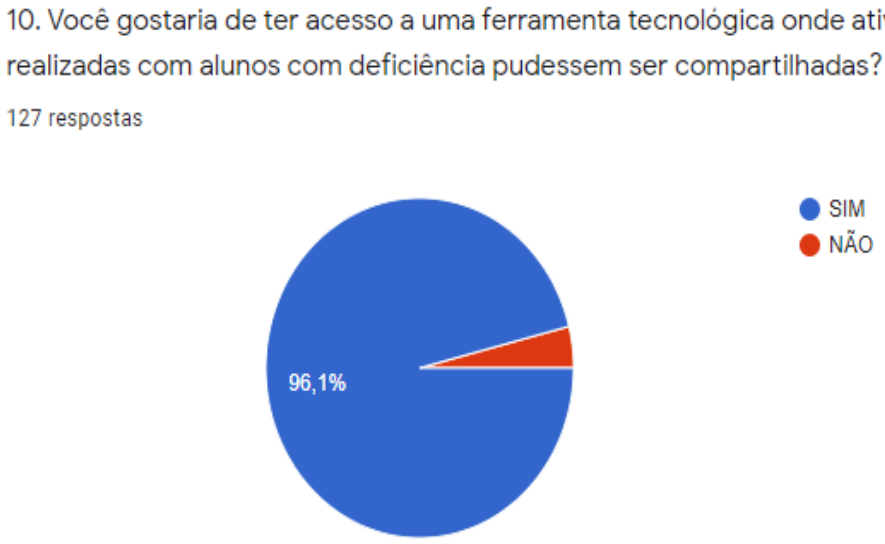


GRÁFICO 08: Relevância de se ter uma plataforma digital e colaborativa voltada à troca de atividades voltadas ao atendimento de alunos com deficiência.

9. RESULTADOS ALCANÇADOS

Como resultado final de toda a pesquisa, foi montada uma comunidade no Facebook onde os professores pudessem publicar suas produções de atividades pioneiras de sucesso que utilizaram com seus alunos com algum tipo de deficiência.

Foram postadas atividades variadas, que poderão ser reproduzidas ou implementadas em outros ambientes educacionais. As atividades criadas atenderam alunos que apresentavam diversos tipos de deficiência, pois as mesmas são frutos da necessidade de cada professor dentro de sua realidade profissional.

A rede social Facebook foi escolhida devido a facilidade de acesso e manuseio por parte dos discentes, o que certamente facilitará a permanência e sustentabilidade da ferramenta mesmo após a finalização da pesquisa.

Porém o que temos no momento é apenas um protótipo experimental da ferramenta tecnológica que seria utilizada. O período da realização da pesquisa se deu em uma época eleitoral, o que dificultou o prosseguimento da finalização da plataforma.

A pesquisadora teve mais receptividade na elaboração e recolhimento de dados na gestão municipal anterior, e após as eleições, outros gestores foram designados à coordenar o município e consequentemente suas secretarias, e entre elas a secretaria municipal de educação.

E com este panorama, a gestão atual não autorizou o prosseguimento e a interação dos profissionais na plataforma, justificando esta ação pelo fato de estarmos em um momento de pandemia, e ações voltadas à saúde teriam prioridade. Porém em um momento oportuno, ações tecnológicas que viabilizem a educação seriam também trabalhadas.

Portanto, a mesma também sinalizou que o material já colhido poderia ser utilizado para o fechamento do estudo apresentado à gestão anterior. Devido a esta situação, a plataforma de interação será apresentada com base nos materiais recolhidos no período da administração do período de 2020 antes da troca efetiva da gestão municipal.

9.1 Plataforma Colaborativa: Facebook



FIGURA 3:Layout da plataforma proposta, utilizando a rede social Facebook.

8.2 Descrição do perfil da página (a que se destina)



FIGURA 4: Descrição do perfil da plataforma

9.2 Publicações dos docentes.

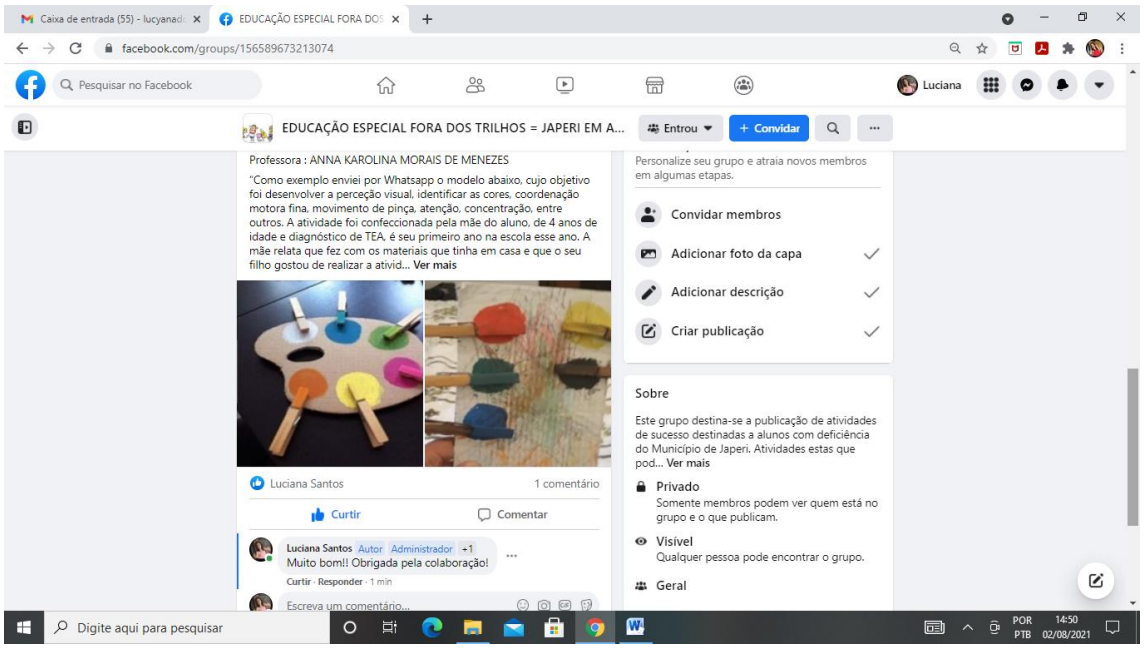


FIGURA 5: Colaboração docente/ Percepção visual para alunos com TEA

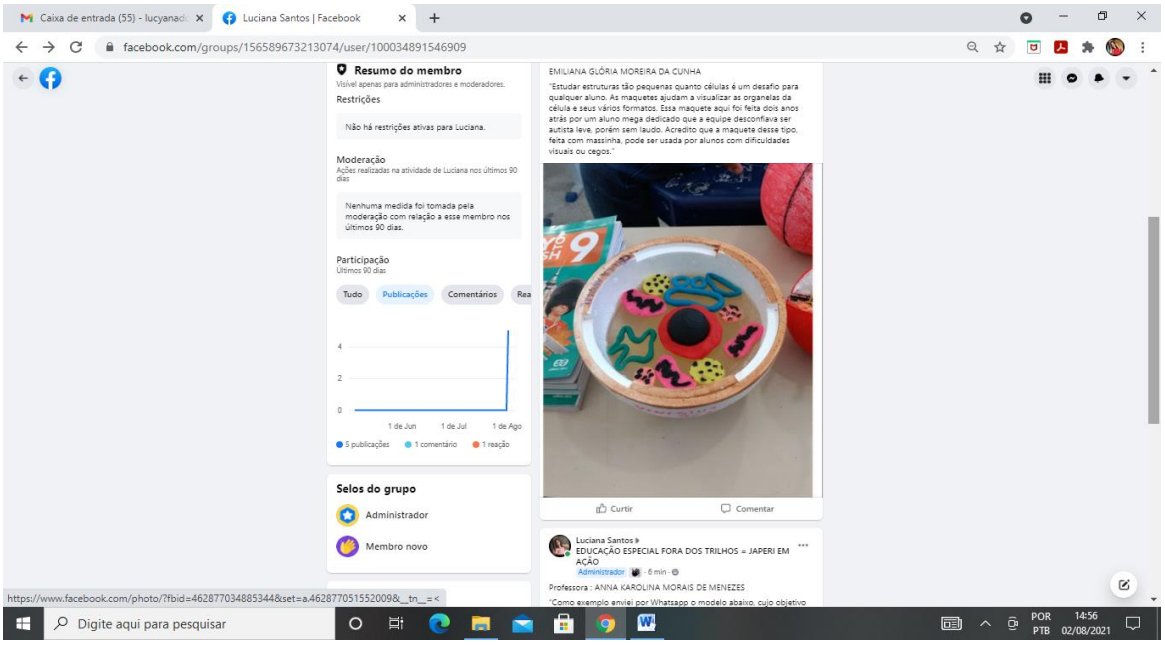


FIGURA 6: Colaboração docente/ Organelas celulares para alunos com deficiência visual.

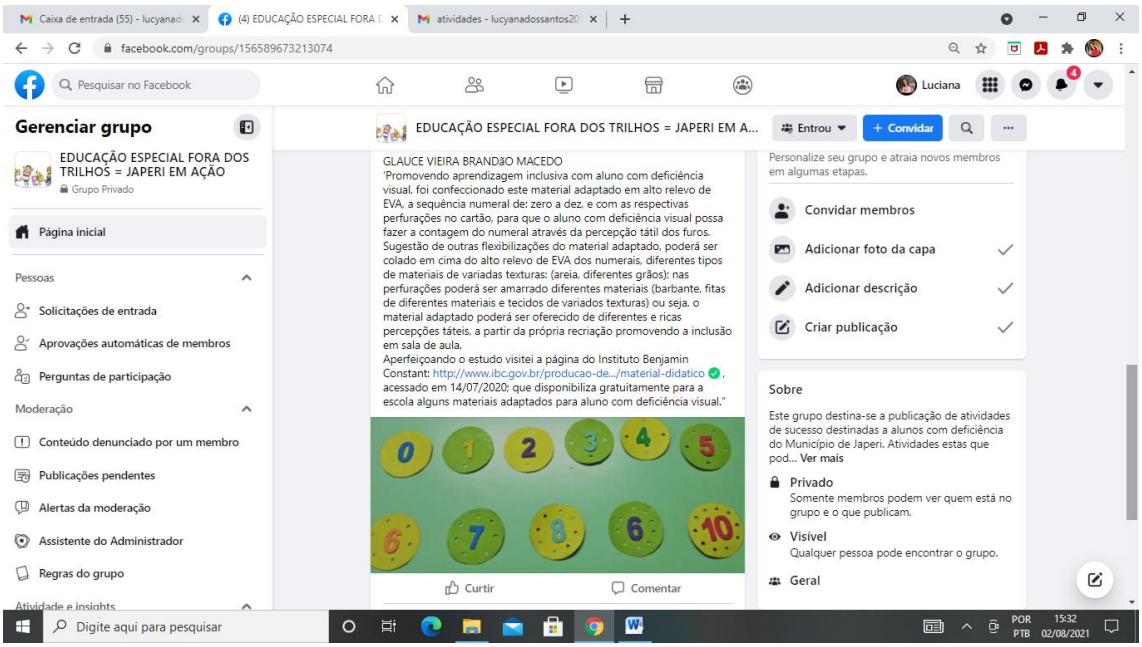


FIGURA 7: Colaboração docente/ Sequência Numeral para alunos com deficiência visual.

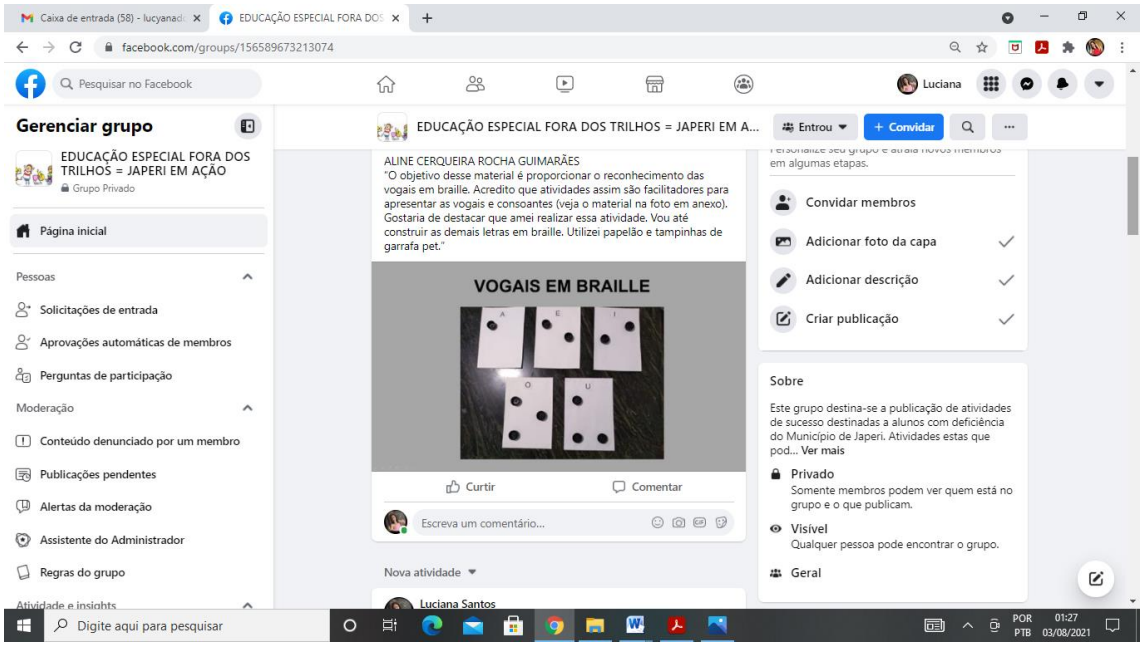


FIGURA 8: Colaboração docente/ Vogais em Braille

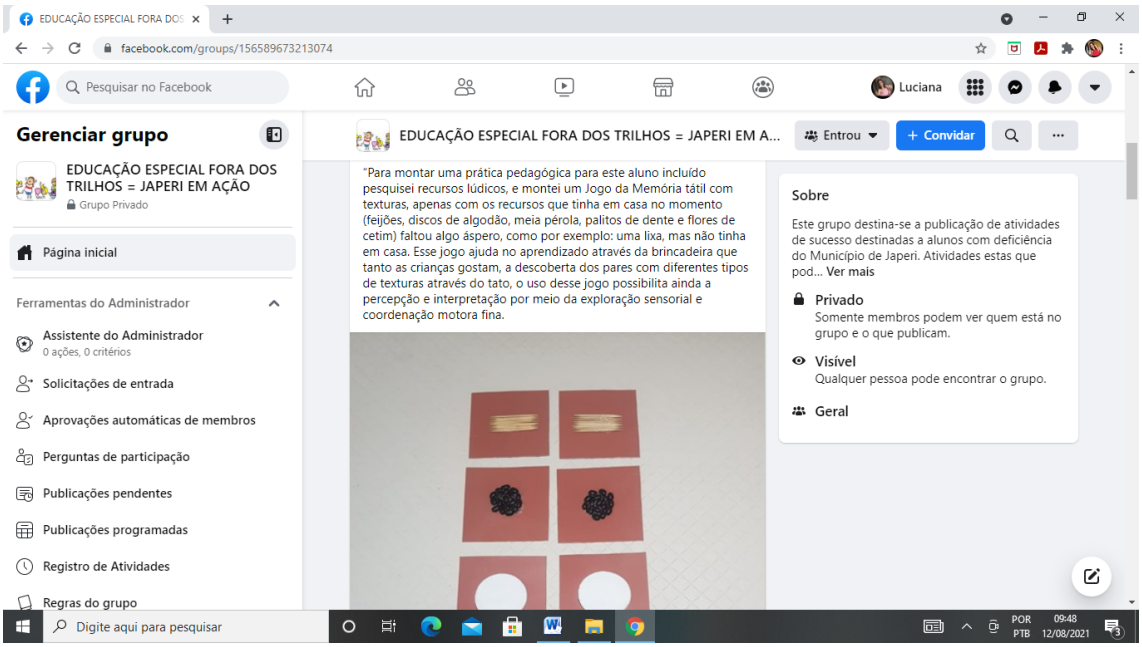


FIGURA 9: Colaboração docente/ Jogo que explora memória tátil/ sensorial

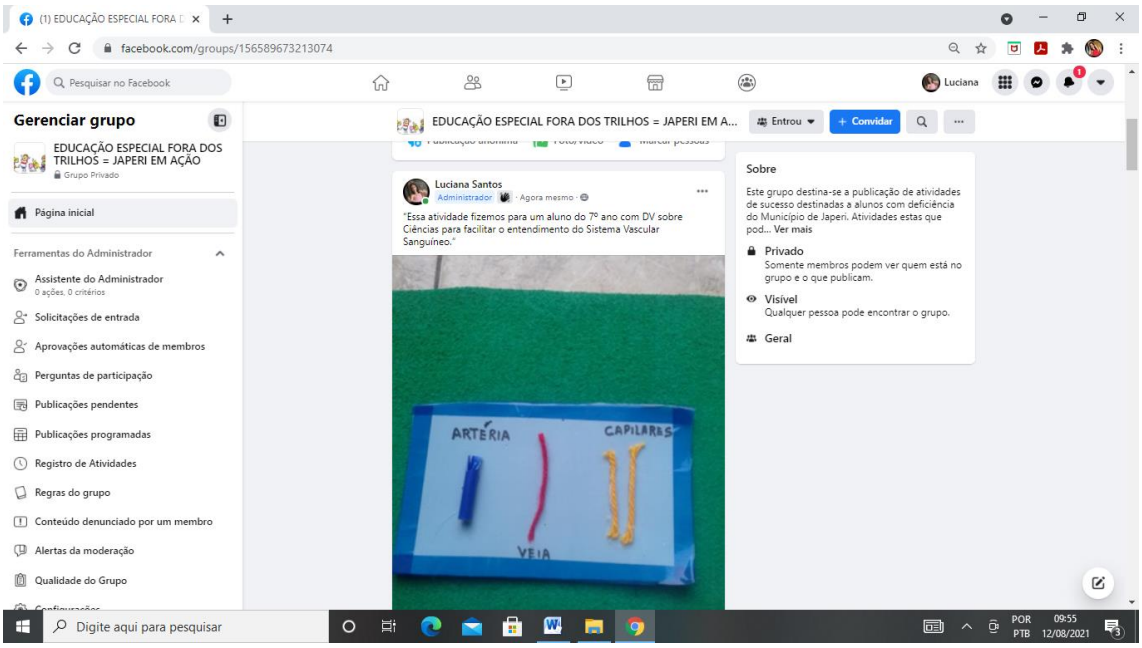


FIGURA 10: Colaboração docente/ Artérias, veias e capilares para alunos com deficiência visual.

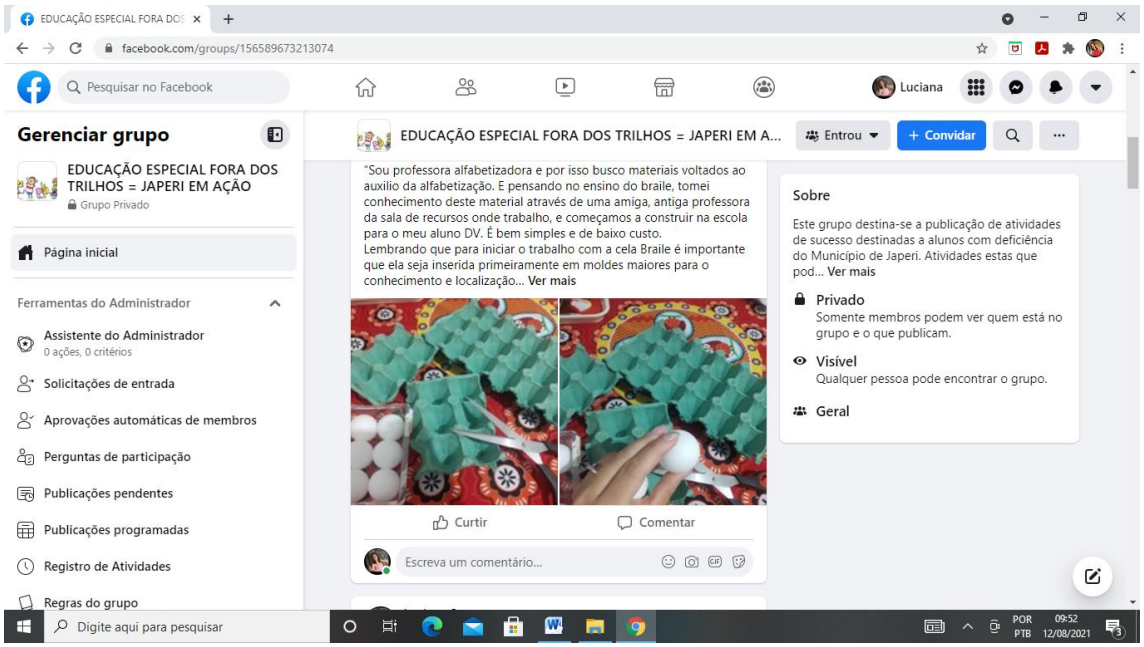


FIGURA 11: Colaboração docente/ Montando letras em braille

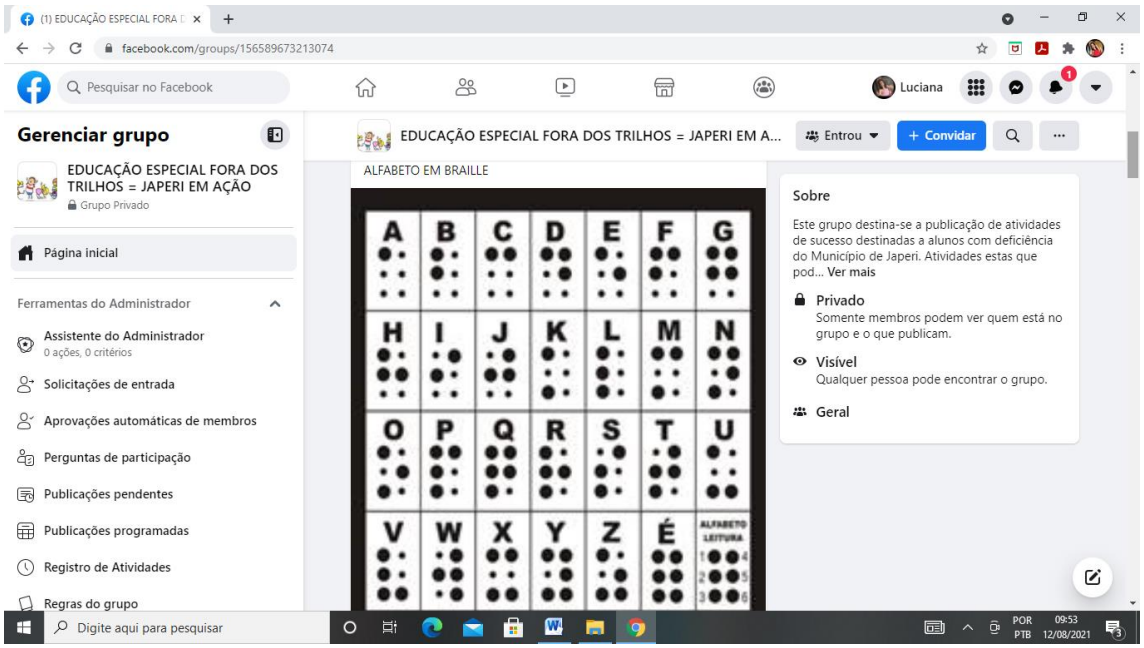


FIGURA 12: Colaboração docente/ Alfabeto em Braille

10. CONCLUSÃO

Apesar de inegáveis articulações e movimentações que já são observadas na seara educacional inclusiva no Brasil, é notório que, muito de nós, educadores, ainda demonstramos grande insegurança e até mesmo descrença em relação ao processo inclusivo educacional dos estudantes com deficiência.

São tantos os entraves, das mais diversas ordens e segmentos, que o profissional da educação se vê perdido mediante a tantos obstáculos que o impedem de desenvolver um trabalho de qualidade e que possa estar atingindo positivamente o aluno com deficiência.

E este panorama, nos convoca a nos questionarmos se a origem dos problemas e obstáculos que envolvem a educação inclusiva e seu desenvolvimento está nas características destes alunos ou no modo de se entender e fazer educação em nosso país. A partir deste pensamento, torna-se importante verificar o que são, e quais as adaptações curriculares que estão em destaque e que realmente têm funcionado quando o assunto é inclusão destes alunos no ambiente escolar.

.Um ponto importante é observar como os conteúdos curriculares deverão ser trabalhados com estes alunos e o quanto a sua flexibilização e a própria adaptação curricular destes tópicos serão abordados junto ao aluno com deficiência, e como os mesmos estarão presentes no plano de curso da escola.

No entanto, apesar dos avanços já existentes em relação aos ajustes de conteúdos voltados aos alunos com deficiência e dos progressos já obtidos, não é possível negar a dificuldade presente na concretização deste direito no cotidiano escolar. Esta temática continua sendo um paradigma desafiador até mesmo para os educadores mais experientes e que estão dispostos a trabalhar sob a ótica e a perspectiva inclusiva.

E as tecnologias digitais estão aí: presentes no nosso cotidiano acadêmico, e se mostrando como um importante aliado na resolução ou minimização das dificuldades presentes no cotidiano profissional do professor. A rapidez de informações, agilidade na articulação de ações interpessoais, vem a facilitar o diálogo entre seus pares

proporcionando auxílio e ações colaborativas para viabilizar ações pedagógicas que atendam os alunos com deficiência, resultando em condutas que resultem na concretização de ações inclusivas.

O aumento do ingresso de estudantes com deficiência nas escolas regulares e a presença deles em sala de aula, nos mostra que, apesar de termos caminhado tanto, ainda temos muito a pesquisar e aprender sobre o que se trata verdadeiramente o termo inclusão, principalmente no contexto que versa sobre práticas pedagógicas voltadas a ações efetivas voltadas aos conteúdos curriculares abordados no ambiente escolar.

Partindo desta perspectiva, é importante ter a consciência que o primeiro movimento educacional que deverá ser observado e praticado, é que na seara inclusiva, todos têm o direito de acessar o mesmo currículo, e os professores tem o direito de terem uma formação de qualidade para que os mesmos possam articular metodologias que promovam o contato de todo o conteúdo curricular através da garantia da acessibilidade de tais conceitos educacionais.

E este movimento poderá ser atingido através da eliminação dos obstáculos ou entraves que impedem a plena atuação dos docentes que, viabilizados com formações profissionais de qualidade e na troca de experiências de ações de sucesso entre seus pares, resultarão na garantia da acessibilidade de tais conceitos educacionais.

E as ferramentas tecnológicas podem representar um importante dispositivo que promove este tipo de dinâmica: de estreitar laços e viabilizar o diálogo e a articulação de ideias e ações educativas que possam fomentar o processo inclusivo

Desta forma, podemos entender que toda pessoa aprende e tem direito a educação, e cada indivíduo tem seu jeito particular de absorver e assimilar conteúdos, e que talvez a verdadeira deficiência esteja presente no modelo social segregador e antiquado que ainda estamos vivendo. Havemos de reconhecer que a origem de todo o problema educacional não esteja, necessariamente, nas especificidades do aluno, e sim nas estratégias e metodologias que utilizamos para incluí-lo de fato no ambiente escolar e na internalização de determinados conteúdos.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCAO, Izabel. Escola Reflexiva e Nova racionalidade. Porto alegre; ArtMed,2001

ALVES, A. C. T. P. EAD e a formação de formadores. In: **VALENTE**, J. A.; **ALMEIDA,** M. E. B. (Orgs). Formação de educadores a distância e integração de mídias. São Paulo: Avercamp. 2007.

ANDRADE, Cristiano César dos S. **FERNANDES,** Edicléia Mascarenhas. Produção e Adaptação de Material Didático Para Apoiar Aluno Deficiente Visual No Ensino da Computação Em Curso de Graduação Na Modalidade EAD. Belford Roxo – RJ / Abril 2013. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2013/cd/118.pdf Acessado em 12/08/2021

BAIRRAL, M. Almeida. Tecnologias da Informação e Comunicação na Formação e Educação Matemática. Seropédica/RJ, EDUR- Editora da Universidade Rural, 2012.

BELISÁRIO, J. Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP. 2005.

BEYER, H. O. O projeto político-pedagógico da educação inclusiva e a gestão educacional: reflexões com a área de educação especial da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 13, 2006, Recife. Recife, PE: Centro de Educação da Universidade de Pernambuco, 2006. p. 1-12

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial, nº 248, de 23/12/1996.

_____ Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC / SEF, 1997.

CARVALHO, Rosita E. Educação inclusiva com os pingos nos is. Porto Alegre, RS: Mediação, 2004.

CORRÊA, Luiz de Miranda. Inclusão e Necessidades Educativas Especiais – Porto Editora, 2005

CORRÊA, Maria Helena Calazans. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM Repositório Artigo : https://repositorio.ufsm.br/handle/1/846 Acessado em 17/06/2021.

COSTA, Maria Cristina Sanches da. Sentimentos de Professores Frente às Dificuldades na Prática da Educação Inclusiva de Alunos com Deficiência no Ensino Fundamental. Pontifícia Universidade Católica São Paulo,2007
https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16330/1/Maria%20Cristina%20%20Sanchez%20da%20Costa.pdf

FAVA, Rui. Educação 3.0: aplicando o PDCA nas instituições de ensino. São Paulo: Saraiva, 2014.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2011. 2ª impressão da 43ª edição.

HARASIN, L.; et al. Redes de Aprendizagem: Um guia para ensino e aprendizagem on-line. Tradução de Ibraíma Dafonte Tavares. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

KENSKY, Vani Moreira. Educação e Tecnologias. O novo ritmo da informação. 8ª Ed. Campinas. SP; Papirus, 2012

KUNC, N. - A necessidade de pertencer. Redescobrindo Hierarquia de necessidades de Maslows em VILLA, J. S.THOUSAND, W. STAINBACK E S. SATINBACK - Reestruturação para o Cuidado e Educação Eficaz: Administradores de N.A. Guia para Criação de Heterogêneo Escola. Baltimore, Paul H. Brookes, 1992.

MANZATO, Antônio Jose; **SANTOS.** Artigo: Questionário na Pesquisa Quantitativa. A Perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: Olhares e Pesquisas em Saberes Educacionais, Araxá – MG, n.04/ Maio de 2008.
Disponível em: http://www.inf.ufsc.br/~vera.

MICHELS, M. H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v. 11, n. 33, p. 406-423, set./dez. 2006.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001

MIRANDA, Luiz de Correia, Inclusão e Necessidades Educativas Especiais: Um Guia para Educadores e Professores – Porto Editora, 2003.

MITTLER, Peter. *Curriculum and Pedagogy in Inclusive Educacion*: Nind, M. (Ed.), Rix, J. (Ed.), Sheehy, K. (Ed.), Simmons, K. (Ed.). (2005). Currículo e Pedagogia em Educação Inclusiva. Londres: Routledge, https://doi.org/10.4324/9781315018188

MITTLER, Peter; **MITTLER,** Penny em seu artigo "Rumo a Inclusão" publicado pela Universidade de Manchester, 2010.
Disponível em: < https://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2002/nt/ta1.14.htm >

MORAN, J. M. Como utilizar a Internet na educação. Ci. Inf., Brasília, v. 26, n. 2, maio, 1997. Disponível em:
https://www.scielo.br/j/ci/a/PxZcVBPnZNxv7FVcHfgMNBg/?lang=pt#

MORAN, J.M. Mudando a Educação Com Metodologias Ativas. [Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações

jovens. Vol. II] Carlos Alberto de Souza e Ofelia Elisa Torres Morales (orgs.). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4941832/mod_resource/content/1/Artigo-Moran.pdf

OLIVEIRA, G. Sabrina. As tecnologias Educacionais na Formação de Professores: Uma Mudança de Paradigma. Dissertação do Curso de Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na educação. UNICARIOCA. RJ. 2018. Disponível em: https://proximal.unicarioca.edu.br/portal/as-tecnologias-educacionais-na-formacao-de-professores-uma-mudanca-de-paradigma/ Acessado em 15/07/2021.

REDIG, A. G.; MASCARO, C. A. A. C.; DUTRA, F. B. S. A formação continuada do professor para a inclusão e o plano educacional individualizado: uma estratégia formativa? Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, Edição Especial, v. 4, n. 1, p. 33-44, 2017.

REILY, L.H. O ensino de artes visuais na escola no contexto da inclusão. Caderno Cedes Campinas V.30, n.80, p.84 a 102. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br Acessado em 03/08/2021

RIBEIRO, E. Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RINALDI, Renata Portela; **REALI,** Aline Maria de Medeiros Rodrigues; **COSTA,** Maria da Piedade Resende da. Educação especial e formação de professores: onde estamos... para onde vamos? Horizontes, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 87-98, jan./jun. 2007.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. Disponível em < http://www.reveduc.ufscar.br Acessado em:: 11/08/2020.

SANTOS, Jociete Barbosa dos. "A Dialética Da Exclusão/Inclusão" A História Da Educação De Alunos Com Deficiência. Universidade do Estado da Bahia – UNEB / Revista FAAEBA = Faculdade de Educação do Estado da Bahia – Educação e Contemporaneidade
https://i0.statig.com.br/educacao/revista-faeeba.pdf#page=27
Acessado em 12/05/2021

SANTOS, Mônica Pereira dos Santos. Educação Inclusiva: Redefinindo a educação especial. Ponto de vista: Revista de educação e processos inclusivos. Florianópolis, nº3/4.file:///C:/Users/lucia/Downloads/1402-Texto%20do%20Artigo-4989-1-10-20080513.pdf Acessado em 12/05/2021

SOUZA, A. (org.). Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede. Brasília: Universidade de Brasília, 2009

SOUZA, Sandra F. Políticas para a educação inclusiva: formação de professores. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Belo Horizonte, 2008.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

STAINBACK, Susan; **STAINBACK,** William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TOZETTO, S. S. Os Saberes Da Experiência e o Trabalho Docente. In: Teoria e Prática da Educação, v. 14, n. 3, p. 17-24, 31 ago. 2012. Disponível em: < http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/14696. Acessado em: 24/06/2020.

12. APÊNDICE

Apêndice 01

Educação Pública
20 anos a serviço da Educação

ISSN: 1984-6290
B3 em ensino - Qualis, Capes
DOI: 10.18264/REP

Educação Inclusiva: uma questão de ponto de vista, olhares diferentes... na mesma direção

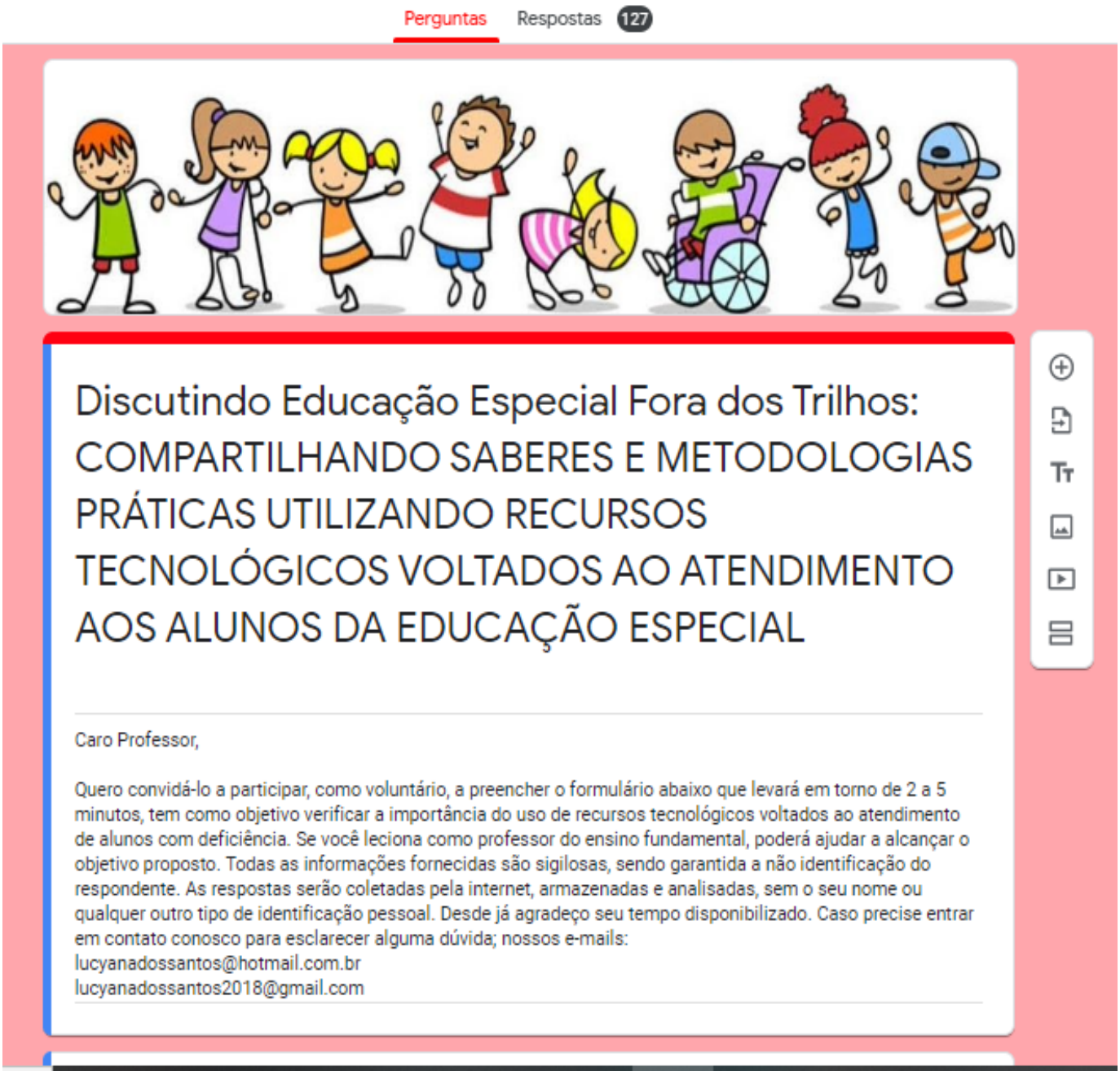
Luciana dos Santos
Mestranda em Novas Tecnologias Digitais na Educação (Unicarioca), professora do Ensino Fundamental II da Secretaria de Educação de Nova Iguaçu, do Ensino Médio e Neja (Seeduc/RJ)

Alessandro Jatobá
Doutor em Engenharia de Produção (Coppe/UFRJ), mestre em Ciência da Computação

Marcos Antonio Silva
Mestre em Educação em Ciências e Saúde (Nutes/UFRJ), especialista em Design Instrucional para EAD (Facel) e em Psicopedagogia Clínica e Institucional (UCAM), graduado em Pedagogia (UERJ)

Artigo publicado interligado com a dissertação.
Revista Educação Pública em 13/07/2021.
Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/26/educacao-inclusiva-uma-questao-de-ponto-de-vista-olhares-diferentes-na-mesma-direcao

Apêndice 02



Layout do Questionário Aplicado na Pesquisa

13. ANEXOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado, você está sendo convidado para participar da pesquisa **"Discutindo Educação Especial Fora Dos Trilhos, Compartilhando Saberes e Metodologias Práticas Utilizando recursos Tecnológicos Voltados ao Atendimento de Alunos da Educação Especial do Município de Japeri"**, desenvolvida pela UniCarioca, que tem por objetivo . O objetivo da pesquisa visa compreender como a tecnologia pode favorecer o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas direcionadas aos professores que atuam com crianças com deficiências.

Nesse sentido, sua participação no estudo se deve ao fato de **Vsa. ser professor, e lecionar em turmas do ensino fundamental** . Sua participação é voluntária, portanto você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, além de ser garantido o esclarecimento constante e seu direito de desistir da participação a qualquer momento – antes ou após a entrevista. Vale ressaltar que não haverá qualquer bônus financeiro pela sua participação.

Sua participação consistirá na realização de **um preenchimento de questionário** contendo perguntas estabelecidas em um roteiro, com duração prevista de aproximadamente **dois a cinco minutos**, realizado por pesquisador membro do grupo de pesquisa responsável por este estudo, que se identificará no momento da abordagem. Está previsto gravação da entrevista, no entanto, somente com sua autorização expressa neste termo de consentimento livre e esclarecido.

Os dados coletados serão armazenados digitalmente em meio seguro e somente o grupo de pesquisa pode acessá-los. Ressalto que não será solicitado e nem feita nenhuma identificação sua ou de outros participantes da pesquisa nas publicações científicas, apresentações em conferências, relatórios e/ou teses que apresentem os resultados dessa pesquisa. Todo material coletado será mantido em arquivo por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções 466/2012 e 510/2016, e orientações do comitê de ética em pesquisa com seres humanos da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

Os riscos que por ventura possam existir no decorrer das ações da pesquisa, seriam a invasão de privacidade, responder a questões sensíveis, tomar o tempo ao responder o questionário e/ou considerar nociva a divulgação de imagens ou registros fotográficos. Contudo o benefício da pesquisa realizada será a contribuição para a sociedade em relação melhoria do ensino voltada à Educação Especial, partilhando saberes que poderão aproximar a realidade desta temática a academia ao fornecer informações e tópicos que poderão ser implementados e discutidos em novas pesquisas.

É nosso dever lhe informar que se houver algum dano, comprovadamente decorrente da presente pesquisa, você terá direito à indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil, na Resolução nº 466/2012 e na Resolução nº 510/2016), do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Este termo está sendo produzido em duas vias iguais, uma para você e outra para o grupo de pesquisa responsável pelo estudo. Nesse documento, consta o telefone e o endereço institucional da UniCarioca do comitê de ética que avaliou este estudo. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa e garantir que padrões éticos sejam seguidos.

Por fim, agradecemos a sua participação nesse estudo, e destacamos que a qualquer momento, durante a pesquisa ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação ou sobre a pesquisa, bem como retirar sua participação, através dos meios de contato explicitados neste termo.

Como forma de garantir a integridade das informações contidas neste documento, solicitamos que rubrique todas as páginas e assine a última folha, onde consta, também, os contatos da coordenação do estudo, além de identificação e assinatura do(s) pesquisador(es) que realiza(m) esta entrevista.

Em _____

Luciana dos Santos (MPNTDE/ UniCarioca) – Coordenador da Pesquisa

Contatos:

Centro Universitário Carioca / UniCarioca
Av. Paulo de Frontin 568
Rio Comprido – Rio de Janeiro - RJ - 20261-243
mestrado@unicarioca.edu.br (+5521) 2563-1919
lucyanadossantos2018@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e concordo em participar.

Rio de Janeiro, ____/____/_____

Nome Legível do Participante:

_____

Assinatura do Participante: _____

Sim ☐ Não ☐

Concordo com a gravação da entrevista:

Assinatura do Participante: _____

Nome Legível do Entrevistador: Luciana dos Santos

Assinatura do entrevistador:

_____

Nome Legível do Entrevistador (caso haja um segundo entrevistador):

_____

Assinatura do Entrevistador: _____

TERMO DE ANUÊNCIA DO MUNICÍPIO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaro estar ciente e de acordo com a realização da pesquisa intitulada **Discutindo a Educação Especial Fora Dos Trilhos: Compartilhando Saberes e Metodologias Práticas Utilizando Recursos Tecnológicos Voltados Ao Atendimento De Alunos Da Educação Especial do Município de Japeri** , sob responsabilidade do pesquisador proponente Luciana dos Santos, do Centro Universitário Carioca - UniCarioca. Declaro conhecer e fazer cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016, além de garantir a leitura e concordância com o parecer ético da instituição proponente.

Declaro que esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e do bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados. Declaro, por fim, que esta instituição dispõe da infraestrutura necessária para a garantia de tais condições.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI
SEMED- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Rosana Lourenço, 137-Japeri CEP: 26975-540
Tel: 2670 - 1107 / 2670 - 1340

JAPERI , 08 de Junho de 2020.

Andreza Alves Dutra Lima (mat. 2036-02)

DECLARAÇÃO DE DEMANDA DO MUNICÍPIO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO INSTITUCIONAL DE DEMANDA

Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2020.

A/C Coordenador do Mestrado em Novas Tecnologias Digitais na Educação

Ilmo. Prof. Dr. Antônio Carlos Mol

Prezado Senhor,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos solicitar à atenção de V.S.a., no que se refere aos trabalhos desenvolvidos pelo Profª. **Luciana dos Santos**, mestre por tão honrosa instituição UNICARIOCA . Ressalte-se que as ações, **oriundas** do trabalho de pesquisa e metodologias desenvolvidas pelo profissional, vem ao encontro das nossas necessidades na área educacional. Julgamos pertinente mencionar o quanto as metodologias implementadas **respondem positivamente** às nossas **demandas**, suprindo lacunas e motivando o ensino e aprendizagem, por meio de propostas inovadoras, que estabelecem uma aprendizagem significativa, compostas por novas tecnologias.

Aqui, cabem nossos agradecimentos e congratulações de tão prestigioso trabalho.

Sem mais, aqui me despeço, renovando protestos da mais alta estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Andresa Lima Dutra Lima (Mat. 2016.02)

Assinatura do Responsável

DECLARAÇÃO DE INOVAÇÃO DO MUNICÍPIO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO INSTITUCIONAL DE COMPROVAÇÃO DE INOVAÇÃO

Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2020.

A/C Coordenador do Mestrado em Novas Tecnologias Digitais na Educação

Ilmo. Prof. Dr. Antônio Carlos Mol

Prezado Senhor,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos solicitar à atenção de V.S.a., no que se refere aos trabalhos desenvolvidos pelo Profª **Luciana dos Santos**, mestre por tão honrosa instituição. Ressalte-se que as ações estão exercendo impacto positivo, social, educacional e cultural, gerando inovações na nossa instituição. A repercussão do trabalho desenvolve novidades para toda a equipe, estimulando processos e métodos novos, no caminho do movimento disruptivo. Vale lembrar que ações inovadoras motivam toda a equipe e se adequam aos nossos tempos e desafios educacionais.

Aqui, cabem nossos agradecimentos e congratulações de tão prestigioso trabalho e inovador trabalho.

Sem mais, aqui me despeço, renovando protestos da mais alta estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Andresa Reis Nunes Lima (mat. 3036-02)

Assinatura do Responsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI
SEMED-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Arquiteto Vilanova Artigas CEP 26375-560
Tel. 2672-1107/2672-1140

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DE UMA UNIDADE PÓLO DE ENSINO DA REDE: ESCOLA MUNICIPAL BERNARDINO DE MELO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaro estar ciente e de acordo com a realização da pesquisa intitulada **Discutindo a Educação Especial Fora Dos Trilhos: Compartilhando Saberes e Metodologias Práticas Utilizando Recursos Tecnológicos Voltados Ao Atendimento De Alunos Da Educação Especial do Município de Japeri** , sob responsabilidade do pesquisador proponente Luciana dos Santos, do Centro Universitário Carioca - UniCarioca. Declaro conhecer e fazer cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016, além de garantir a leitura e concordância com o parecer ético da instituição proponente.

Declaro que esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e do bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados. Declaro, por fim, que esta instituição dispõe da infraestrutura necessária para a garantia de tais condições.

JAPERI, 08 de junho de 2020.

Indiara Martins
GESTORA
MATR. 1991-02

E. M. BERNARDINO DE MELO
Est. Sto. Antônio, nº 2 - Engº. Pedreira
Japeri/RJ - Cep: 26.473-620

Solange S. Silva
Subgestora
Mat. 0860-02

DECLARAÇÃO DE DEMANDA DE UMA UNIDADE PÓLO DE ENSINO DA REDE: ESCOLA MUNICIPAL BERNARDINO DE MELO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO INSTITUCIONAL DE DEMANDA

Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2020.

A/C Coordenador do Mestrado em Novas Tecnologias Digitais na Educação

Ilmo. Prof. Dr. Antônio Carlos Mol

Prezado Senhor,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos solicitar à atenção de V.S.a., no que se refere aos trabalhos desenvolvidos pelo Profº. **Luciana dos Santos**, mestre por tão honrosa instituição UNICARIOCA . Ressalte-se que as ações, **oriundas** do trabalho de pesquisa e metodologias desenvolvidas pelo profissional, vem ao encontro das nossas necessidades na área educacional. Julgamos pertinente mencionar o quanto as metodologias implementadas **respondem positivamente** às nossas **demandas**, suprindo lacunas e motivando o ensino e aprendizagem, por meio de propostas inovadoras, que estabelecem uma aprendizagem significativa, compostas por novas tecnologias.

Aqui, cabem nossos agradecimentos e congratulações de tão prestigioso trabalho.

Sem mais, aqui me despeço, renovando protestos da mais alta estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Indiara Martins
GESTORA
MATR. 1991-02

Assinatura do Responsável

Solange S. Silva
Subgestora
Mat. 0860-02

E. M. BERNADINO DE MELO
Est. Sto. Antônio, nº 2 - Engº. Pedreira
Japeri/RJ - Cep: 26.473-000

DECLARAÇÃO DE INOVAÇÃO DE UMA UNIDADE PÓLO DE ENSINO DA REDE: ESCOLA MUNICIPAL BERNARDINO DE MELO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO INSTITUCIONAL DE COMPROVAÇÃO DE INOVAÇÃO

Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2020.

A/C Coordenador do Mestrado em Novas Tecnologias Digitais na Educação

Ilmo. Prof. Dr. Antônio Carlos Mol

Prezado Senhor,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos solicitar à atenção de V.S.a., no que se refere aos trabalhos desenvolvidos pelo Profª **Luciana dos Santos**, mestre por tão honrosa instituição. Ressalte-se que as ações estão exercendo impacto positivo, social, educacional e cultural, gerando inovações na nossa instituição. A repercussão do trabalho desenvolve novidades para toda a equipe, estimulando processos e métodos novos, no caminho do movimento disruptivo. Vale lembrar que ações inovadoras motivam toda a equipe e se adequam aos nossos tempos e desafios educacionais.

Aqui, cabem nossos agradecimentos e congratulações de tão prestigioso trabalho e inovador trabalho.

Sem mais, aqui me despeço, renovando protestos da mais alta estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Indiara Martins
GESTORA
MATR. 1991-02

Assinatura do Responsável

Solange S. Silva
Subgestora
Mat. 0860-02

E. M. BERNARDINO DE MELO
Est. Sto. Antônio, nº 2 - Engº. Pedreira
Japeri/RJ - Cep: 26.473-000